



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA**

**USOS INTERCAMBIAIS DE RECURSOS NATURAIS E DE
MODOS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA.**

SAFIRA CANTO PINTO

**Santarém, Pará
Fevereiro, 2014**

SAFIRA CANTO PINTO

**USOS INTERCAMBIAIS DE RECURSOS NATURAIS E DE
MODOS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA.**

Profa. Dra. DELMA PESSANHA NEVES

Dissertação apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Recursos Naturais da Amazônia.

Área de concentração: Recursos Naturais da Amazônia.

**Santarém, Pará
Fevereiro, 2014**

USOS INTERCAMBIAIS DE RECURSOS NATURAIS E DE MODOS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA.

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Recursos Naturais da Amazônia. Aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Recursos Naturais da Amazônia, nível de mestrado, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, em 25 de março de 2014.

Prof(a). Dr. Luís Reginaldo R. Rodrigues (UFOPA)
Coordenador do PGRNA

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira (UFOPA)
Examinador 01

Prof. Dr. José Mauro Sousa de Moura (UFOPA)
Examinador 02

Dr. João Roberto Correia (EMBRAPA CERRADOS)
Examinador 03

Profa. Dra. Delma Pessanha Neves (Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA e
Universidade Federal Fluminense - UFF)
Orientadora

Santarém, fevereiro, 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai, Manoel Domingos, sem seu apoio nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, meu sustento, minha fortaleza, meu Senhor.

À Minha querida Mãe e Rainha do Céu.

À minha orientadora prof^a. Dra. Delma Pessanha Neves, pela paciência, pela leveza em ensinar e corrigir, pelos conselhos, pela sinceridade. Agradeço muito por seu apoio, por sempre me motivar quando o desânimo queria falar mais alto. Foi um prazer ser sua orientanda. Serei eternamente grata.

Aos meus pais, Manoel Domingos e Maria Izabel, as pessoas a quem eu mais amo e devo agradecimentos. Muito obrigada por tudo.

A minha irmã Dalila Canto, pelo incentivo, apoio e compreensão. Quantas vezes abriu mão de algo ou teve que fazer algo para que eu tivesse tempo para a pesquisa?! Obrigada pelos heredogramas! Muito Obrigada!

Ao meu querido irmão Jeosafá Canto e Adrielen Sá, pelo apoio, pela motivação. Sempre torceram por mim. Obrigada!

As minhas irmãs Ewelyn Amaral e Elane Amaral, pelas orações, pela amizade, pelo amor, pelo apoio, pela compreensão, por me tirar da escala.

As minhas irmãs Elisangela Amaral, Carmem Lúcia e Maria do Socorro Jati, pelas orações, pelo apoio.

À minha querida amiga Paula Pimentel, pela amizade, pelas orações, por me perdoar por todos os furos que dei no período que escrevia essa dissertação.

Ao Marcos Galúcio, pelo apoio, pela amizade, por tornar minha rotina mais alegre.

À Miyuki Mitsuya, a desconhecida que passou a ser colega de casa, que se tornou uma grande amiga. Agradeço pela companhia, pela amizade, pelas risadas, por chorar junto comigo. Ter você em casa naquele primeiro ano de mestrado foi um prazer. Obrigada!

Ao seu João José, por não medir esforços em me ajudar com toda aquela paciência. Agradeço pelas palavras de incentivo e motivação. Jamais esquecerei. Muito obrigada!

Ao Dias, pelas localizações, pelas palavras de incentivo, pela idéia da visita aquela comunidade, era tão óbvio, mas eu não havia pensado. Muito obrigada!

Às amigas do PGRNA, Jéssica Lira, Alessandra Damasceno e Suellen Castro, pelas risadas, principalmente.

Ao Maurício Torres, pelas dicas e sugestões.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia (PGRNA) que contribuíram em minha formação.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

À todos que me receberam na comunidade São Ciríaco, em especial a dona Valdomira, pela conversa descontraída, pelas histórias, pelo acolhimento.

À todos da comunidade Santa Maria, principalmente aqueles que abriram as portas de suas casas, por todas as experiências de vida, pelas histórias emocionantes, pelo acolhimento, pela confiança. Muitíssimo obrigada!

EPÍGRAFE

“Experiência, tentativa e erro, constante reflexão e revisão do itinerário – tais são os únicos meios pelos quais um homem pode, com a graça de Deus, adquirir conhecimento”.

Olavo de Carvalho

PINTO, Safira. **Usos intercambiais de recursos naturais e de modos de reprodução camponesa**, 2014.–p. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Área de concentração: Recursos naturais da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Universidade Federal do Oeste da Amazônia –UFOPA, Santarém, 2014.

RESUMO

A comunidade Santa Maria – situada na região do Eixo Forte, à margem esquerda da Rodovia Fernando Guilhon – tem pouco menos de 40 anos de fundação, mediante processo de ocupação iniciado por camponeses, e posteriormente, por outros grupos não-camponeses. As famílias camponesas traziam consigo os saberes quanto ao uso de recursos naturais dos ambientes em que viviam, adotando estilos de vida influenciados pelas características do ambiente e das condições sociais correspondentes. Considerando fatores sociais em sua dimensão histórica, política e a fenômenos ambientais sob as formas pelas quais as populações humanas interagem nos ambientes em que vivem, eu tenho por objetivo analisar as condições de uso de recursos naturais por moradores de Santa Maria. As técnicas utilizadas para a coleta de dados consistiram na proposição de entrevistas para construção de trajetórias sociais familiares e observações em trabalho de campo. O trabalho de campo se concentrou nos meses de abril e maio de 2013 e retorno para descrição espacial dos lotes no mês de agosto do mesmo ano. Quanto à análise dos dados, as entrevistas foram transcritas e analisadas mediante compreensão das formas de categorização nos discursos dos entrevistados. No primeiro capítulo exponho resultados encontrados no uso de recursos naturais nos locais em que viviam os entrevistados antes de ocuparem Santa Maria, uma ocupação predominante em comunidades de várzea. No segundo capítulo, analiso, a partir do início da ocupação em Santa Maria, exponho as principais limitações encontradas e oportunidade para a manutenção da condição camponesa. No último capítulo, abordo a situação mais recente da configuração social da comunidade, destacando interferências do projeto de assentamento de reforma agrária que tem atuado na organização social e nas percepções sobre a natureza e uso de seus respectivos recursos.

Palavras-chave: Uso de recursos naturais, várzea, terra firme, assentamento.

PINTO, Safira. **Usos intercambiais de recursos naturais e de modos de reprodução camponesa**, 2014.–p. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Área de concentração: Recursos naturais da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Universidade Federal do Oeste da Amazônia –UFOPA, Santarém, 2014.

ABSTRACT

The community of Santa Maria – located in Eixo Forte region, left side of Fernando Guilhon freeway – has almost 40 years of foundation, by the occupation process initiated by peasants and subsequently by other non-peasant groups. Farm families brought with them the knowledge about the use of natural resources of the environments they lived in, adopting lifestyles influenced by the characteristics of the environment and the related social conditions. Considering social factors in their historical and political dimension and environmental phenomena in the ways where human populations interact in the environments they live in, I aim to analyze the conditions of natural resources use by residents of Santa Maria. The techniques used for data collection consisted of interviews proposition for construction of family social trajectories and observations in the work field. The field work was concentrated in the months of April and May of 2013 and return to spatial description of the plots in August of the same year. In regard to data analysis, the interviews were transcribed and analyzed by understanding the forms of categorization in the speech of the interviewees. In the first chapter I expose results found in the use of natural resources in places where the interviewees lived before occupying Santa Maria, a predominant occupation in the floodplain communities. In the second chapter, I analyze, from the beginning of the occupation in Santa Maria, I expose the main limitations encountered and opportunity to maintain the country condition. In the last chapter, I discuss the latest situation of the social configuration of the community, highlighting interferences of agrarian reform settlement project that has worked in social organization and perceptions about the nature and use of their resources.

Keywords: Use of natural resources, floodplains, land, settlement .

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	xi
1. INTRODUÇÃO GERAL	1
1.1. Populações humanas na Amazônia: estilos de vida e uso dos recursos naturais.....	4
1.2. Várzea e terra firme	7
1.3. O PAE Eixo Forte.....	9
1.4. Objetivos.....	9
1.4.1. Objetivo geral:	9
1.4.2. Objetivos específicos:.....	10
CAPÍTULO 1	11
INTRODUÇÃO.....	12
MÉTODO	14
RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
Deslocamentos como estratégias familiares	15
Os ambientes de várzea e a presença humana.	19
Fragmentos de memória coletiva da vida na várzea.....	20
Grupos familiares de São Ciríaco.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
CAPÍTULO 2	36
INTRODUÇÃO.....	37
PERCURSOS MIGRATÓRIOS: VÁRZEA, TERRA FIRME.....	39
FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE SANTA MARIA.	40
OS GRUPOS DOMÉSTICOS QUE OCUPARAM SANTA MARIA.	44
SANTA MARIA NA ATUALIDADE.....	45
DIFERENCIADOS AMBIENTES E DIVERSIDADE DE APROPRIAÇÕES DE RECURSOS.	48
O Tempo do Açaí	50

Recursos Hídricos.....	52
<i>A mata</i> : extrativismo e uso do solo para agricultura.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
CAPÍTULO 3	60
INTRODUÇÃO.....	61
HOMEM E NATUREZA EM SANTA MARIA	63
O PAE EIXO FORTE: PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO.	67
DESDOBRAMENTOS DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PAE.	71
Projeções externas ao assentamento	76
VIVER NUM PAE: RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
2. SÍNTESE INTEGRADORA	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização das comunidades. Fonte: Imagem LANDSAT, cena 227.062 de 2005.	16
Figura 2. Mercado municipal de Santarém, enchente de 1953 (PINTO, 2010)	19
Figura 3. Representação dos laços de parentesco entre as famílias de São Ciríaco.	26
Figura 4. Canteiro próximo à casa na comunidade São Ciríaco. Fonte: Safira Canto, 2013. ..	27
Figura 5. Paisagem atual, restinga e casa ao fundo. Fonte: Safira Canto, 2013.	28
Figura 6. Tipo de espinhel utilizado por pescadores do médio Amazonas paraense. Fonte: Furtado (1993)	29
Figura 7. Lago do Vitor. Fonte: Safira Canto, 2013.	31
Figura 8. Localização da comunidade em relação a algumas referências importantes. Fonte: Imagem LANDSAT, cena 227.062 de 2005.	41
Figura 9. Igarapé às proximidades da serra. Fonte: Safira Canto, 2013.	43
Figura 10. Gerações das famílias de São Ciríaco.	44
Figura 11. Casa e quintal. Fonte: Safira Canto, 2013.	49
Figura 12. Igarapé Grande. Fonte: Safira Canto, 2013.	53
Figura 13. Morador mostrando uma espécie vegetal da qual retira cascas pra preparação de chá. Fonte: Safira Canto, 2013.	54
Figura 14. Família de Sr. José Maria descascando mandioca. Fonte: Safira Canto, 2013.	56
Figura 15. Cultivos de açaí em uma área próxima a uma moradia. À direita, um quintal. Fonte: Safira Canto, 2013.	65
Figura 16. Roçado de mandioca. Fonte: Safira Canto, 2013.	66
Figura 17. Horta em sistema Mandala. Fonte: Safira Canto, 2013.	77
Figura 18. Cultivo de Curauá. Fonte: Safira Canto, 2013.	78

1. INTRODUÇÃO GERAL

A melhor compreensão das relações que no mundo ocidental abarcam os termos homem e natureza, sem cair em determinismos, se faz ao associá-la a fatores sociais em sua dimensão histórica, política e a fenômenos ambientais. Considerando a influência desses fatores nas formas pelas quais as populações humanas interagem nos ambientes em que vivem, eu me proponho a analisar as condições de uso de recursos naturais por moradores de Santa Maria. Consciente da impossibilidade de analisar tantas variáveis, eu me deterei principalmente na compreensão das formas como os homens regem e associam vantagens e desvantagens aprendidas no uso que projetam para fatores ambientais.

A comunidade Santa Maria – situada na região do Eixo Forte, à margem esquerda da Rodovia Fernando Guilhon, latitude 2°27'2.33”S e longitude 54°48'33.09”O – tem pouco menos de 40 anos de fundação, mediante processo de ocupação iniciado por camponeses, e posteriormente, por outros grupos não-camponeses. As famílias camponesas traziam consigo os saberes quanto ao uso de recursos naturais dos ambientes em que viviam, adotando estilos de vida influenciados pelas características do ambiente e das condições sociais correspondentes.

A região chamada Eixo Forte é uma área localizada entre Santarém e a Vila de Alter do Chão (2°31' S, 55°00' W), na margem direita do Rio Tapajós. A precipitação anual média na região é de 1.950 mm e a temperatura média é de 27,5 °C. A área é constituída, principalmente, por uma savana¹ que se caracteriza por um estrato inferior, essencialmente herbáceo de altura e densidade variáveis, um estrato arbustivo de 60-80 cm de altura e um estrato arbóreo que pode atingir até 10 metros de altura. (Magnusson *et al*, 2008).

Considerando a diversidade de experiência social dos primeiros moradores analiso o intercâmbio dos saberes e práticas construídas em ecossistemas de várzea² e terra firme³, nos quais os fatores ambientais, interferem sob diferentes pressões exigindo dos habitantes respostas diante das diferentes alternativas que lhes podem ser disponíveis. Morán (1990) afirma que cada resposta ao ambiente, seja ele físico ou social, é uma resposta influenciada por experiências passadas, pela ocupação de posições dos indivíduos na estrutura social e pela

¹ O Projeto Radam Brasil (1974) utiliza o termo geral “savana” como equivalente de “cerrado” com duas faces dominantes “savana arbórea densa” (cerradão) e “savana parque”.

² Surgik (2005), que define a várzea como áreas periodicamente inundáveis por ciclos anuais regulares de rios de água branca, ricos em sedimentos. Os solos ficam submersos quase a metade do ano, são altamente nutritivos e constantemente renovados pelas deposições anuais de sedimentos no período da cheia.

³ Áreas não afetadas pela subida e descida dos rios.

capacidade individual de atuarem em contextos específicos. O testemunho oral dos moradores entrevistados, esclareceu-me como eles percebem as trajetórias de vida. Essas experiências se fundamentam em respostas mediadas por fatores ambientais em várzeas do Amazonas, mas também em outras comunidades que, como em Santa Maria, estão localizadas em áreas de terra firme.

Os estudos por mim realizados em Santa Maria começaram no ano 2011, por ocasião de pesquisa na graduação em Ciências Biológicas. O objetivo geral foi investigar a dinâmica social e econômica, dando enfoque principal às opções pela agricultura e extrativismo, considerando o ritmo próprio dessas atividades e as respectivas relações e interferências no dia-a-dia dos comunitários. Pretendia compreender a importância da agricultura e extrativismo para a economia familiar e para a conservação ambiental, ressaltando a percepção e expectativas dos comunitários quanto à sustentabilidade de suas práticas produtivas.

Para esta pesquisa, as técnicas utilizadas para a coleta de dados consistiram na proposição de entrevistas para construção de trajetórias sociais familiares. O trabalho de campo se concentrou nos meses de abril e maio de 2013. Realizei dezesseis entrevistas, dentre as quais, em cinco, duas pessoas da família participaram: marido e mulher. Totalizando 21 entrevistados. As entrevistas realizadas compreendem um número muito maior de famílias, pois algumas famílias incorporam o mesmo espaço, representando um total de 30 famílias de um total de 45 famílias que vivem em Santa Maria. Como critério para escolha das famílias, considerei o tempo de residência em Santa Maria. Portanto, compuseram o *corpus* de análise as que chegaram até o final da década de 1980 e os seus descendentes.

Também foram realizadas entrevistas com representantes comunitários e servidores do Inca. Retornei para descrição espacial dos lotes no mês de agosto do mesmo ano. Nesses momentos valorizei a observação de campo.

A entrevista com os moradores foi centrada no conhecimento das trajetórias sociais, valorizando o relato dos entrevistados quanto aos processos que eles vivenciaram (como se dava o uso dos recursos naturais, importância das atividades agrícolas para a subsistência da família, tanto no local de várzea ou terra firme no local em que viviam antes da mobilidade, e como registraram socialmente a chegada a Santa Maria). Enfatizei a compreensão de suas atuais práticas e as perspectivas quanto ao futuro da agricultura e da sucessão dos filhos: perspectivas para novas gerações.

Correntemente com o objetivo de estudo proposto, foram investigados aspectos da produção e do uso de recursos, associados à obtenção de informações gerais sobre a

propriedade, a criação de animais, uso de recursos da fauna e da flora, arranjos quanto à mão de obra e tecnologia, no tocante às culturas produzidas e sua correlação com a organização familiar. Por fim, oportunidades de integração de recursos externos como, por exemplo, o crédito agrícola. Além desses aspectos, outros fatores externos à família, foram considerados, como características ambientais, mercado e oportunidades de trabalho não-agrícolas.

Para descrição espacial do lote retornei às famílias ulteriormente entrevistadas, apoiieime em desenhos do lote, mediante auxílio de um dos moradores – na maior parte dos casos era a mesma pessoa da entrevistada – localizando a casa, benfeitorias, edificações, capoeira, mata, plantios, igarapé, estrada e os limites do lote.

Foram analisados textos de estudiosos sobre temática camponesa, as relações homem/natureza na Amazônia, a reforma agrária; bem como textos das atas de reuniões da associação de moradores, de jornais locais e textos técnicos de instituições governamentais.

Quanto à análise dos dados, as entrevistas foram transcritas e analisadas mediante compreensão das formas de categorização nos discursos dos entrevistados, fazendo aparecer o sistema de relações no decorrer da temporalidade que a memória social dos entrevistados permitiu.

Dada a importância da compreensão dos sentidos consagrados aos termos construídos pelos interlocutores, que correspondem as referencias altamente estruturantes dos estilos de vida, eles serão, por tais motivos, mantidos com a distinção gráfica do uso do itálico, e definidos em nota explicativa quanto à contextual significação na primeira apresentação no texto.

O texto está organizado em três capítulos. No primeiro exponho resultados encontrados pela análise de uso dos recursos naturais nos locais em que viviam os entrevistados antes de ocuparem Santa Maria. Os resultados apontaram para uma ocupação predominante em comunidades de várzea.

No segundo capítulo, analiso, a partir do início da ocupação em Santa Maria, as principais oportunidades e limitações à manutenção da condição camponesa, dada que as atividades, na várzea e terra firme, praticamente eram as mesmas, no entanto as condições ambientais eram distintas. Na várzea, a produção agrícola era intensamente mediada pela dinâmica de subida e descida do rio. Em Santa Maria, terra firme, a temporalidade é influenciada pela precipitação anual, que regula o ciclo de cultivo da mandioca, por exemplo, e o *tempo do açai*⁴.

⁴ Durante todo o ano os agricultores cultivam a mandioca e, por um período de 4 meses – tempo do açai – o açai aparece como recurso alternativo alimentar e financeiro.

No último capítulo, abordo a situação mais recente da configuração social da comunidade, destacando interferências do projeto de assentamento de reforma agrária relativamente imposto como organização social e uso dos recursos naturais.

1.1. Populações humanas na Amazônia: estilos de vida e uso dos recursos naturais.

A relação homem/ambiente sempre foi objeto de inúmeras ciências. Biólogos dedicaram intenso esforço em pesquisa científica afim de compreender os eventos da evolução biológica. E do ponto de vista histórico, arqueólogos, antropólogos e etnólogos trabalham em torno de atributos culturais, formas de saber e domesticação de plantas (e animais), tendo em vista apropriações e reprodução das diversas formas de vida. Tais estudos são necessários ao entendimento dos vínculos sociais que presidem formas de saber, incluindo manejos de recursos naturais e reprodução de habitat social (Cassini, 1979).

Aspecto interessante em abordagens de processos interativos, são as concepções de natureza, uma vez que elas influenciam a postura frente ao meio ambiente e determinam os graus de interferência dos homens na construção da sociedade local. Neves (2006) relata as modificações ocorridas na Amazônia diante da presença do homem. Não se sabe ao certo os primórdios dessa presença humana, mas alguns estudos apontam o início da ocupação de 50 mil a 10 mil anos atrás. Lui (2008) reafirma que a presença humana sempre promove algum tipo de alteração na paisagem. Contudo, o uso dos recursos naturais no decorrer da ocupação humana na região era pouco intensificado.

A partir da colonização européia, as alterações provenientes de práticas de exploração foram mais intensas, promovendo maiores impactos nas áreas naturais. Diferentemente do que pressupunham, ao penetrarem pelo Amazonas, os colonizadores europeus se depararam com sociedades de alto grau de organização social. A exploração dos recursos naturais se intensificou ao longo do tempo, por exemplo, como as decorrentes do ciclo da borracha e da implantação dos “grandes projetos” iniciados na década de 1970 (Lui, 2008).

Quase todas as populações, em qualquer parte do mundo e em qual quer época, foram influenciadas pelo ambiente. Na Amazônia, uma região com florestas tropicais de grande diversidade biológica, as antigas sociedades, de caçadores-coletores, desenvolveram formas próprias de aproveitar os recursos. O aprimoramento na exploração e no uso dos recursos naturais estimulou as antigas sociedades amazônicas a se tornarem sociedades agricultoras. Isso foi possível com o manejo dos recursos e, posteriormente, a domesticação de espécies como o pequiá (*Caryocar villosum* [Aubl.] Pers.), a bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart), a copaíba (*C. reticulata* Ducke) e a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) (Magalhães, 2009).

A diversidade biológica encontrada na Amazônia é provavelmente resultado das interações do homem com a natureza. Diegues (2000), ao apresentar estudos sobre diversidade biológica nas florestas tropicais, assinala que ela está relacionada intimamente com a atuação do homem, através da introdução de espécies exóticas, criação de novos *habitats* e manipulação, por populações locais, durante milhares de anos. A regeneração das florestas tropicais, em parte, é consequência da atividade desse homem primevo, como o uso que faziam de pequenas áreas para agricultura itinerante. Talvez a atividade humana – por meio da cultura e dos saberes tradicionais – possa ter contribuído para a construção e manutenção da biodiversidade nos ecossistemas, lembrando que, provavelmente, as florestas atuais são patamares de estágios de sucessão ecológica.

As chuvas intensas na região amazônica favorecem a lixiviação de nutrientes, bem como à rápida diminuição da produção agrícola nas áreas cultivadas. Esses fatores contribuíram para que as populações indígenas, os caboclos e ribeirinhos desenvolvessem um modelo de uso agrícola da terra conhecido como *agricultura itinerante* ou sistema itinerante de corte e queima (Hurtienne, 2004).

O solo é um importante parâmetro para entender relações ecológicas humanas, uma vez que as características influenciam o uso que se faz dele, principalmente na agricultura, pois esta é a atividade humana que abrange a maior proporção da superfície terrestre (Fearnside, 2003). Apesar de que os solos amazônicos tem características de solos pobres em nutriente devido ao elevado índice pluviométrico que acelera os processos intempéricos (Menezes *et al*, 2008), ele tem sido utilizado há centenas de anos na subsistência de populações humanas.

Quanto ao sistema corte e queima, ele se caracteriza pela preparação do solo através do corte, seguido de queima da vegetação primária ou secundária para o cultivo de culturas anuais. Após o tempo de cultivo, a área é deixada em pousio, isto é, a regeneração da vegetação por um período de tempo que é sempre maior que o de cultivo. Enquanto isso, outra área é cultivada. (Pedroso Júnior, 2008).

Contudo, as formas tradicionais de uso da terra na Amazônia são caracterizadas não apenas pela agricultura itinerante, apesar de ser ela a principal forma de produção de alimento para as populações tradicionais; mas por uma combinação do cultivo pós queimada e exploração de produtos extrativos (Hurtienne, 2004).

O extrativismo como importante atividade econômica e social na Amazônia se perde no tempo. Todavia, só recentemente vem sendo sistematicamente estudado. Homma (1982) ressalta a importância das questões econômicas e sociais do extrativismo. Segundo o autor, a

relação não é unidirecional: tanto o social interfere no modo em que se realiza extrativismo, como o próprio extrativismo nas características sociais. *No caso da região amazônica, dada a quantidade da existência de seus recursos naturais, o extrativismo tem desempenhado um papel decisivo na formação econômica e social da região e do Brasil.* (1982, p. 251)

Os processos extrativistas podem ser classificados em dois grupos, quanto à sua forma de exploração: extrativismo por aniquilamento ou extrativismo de coleta. O extrativismo por aniquilamento ocorre quando a obtenção do recurso implica a extinção dessa fonte. Por exemplo: extração madeireira e de palmito. O extrativismo de coleta ocorre com o recolhimento de produtos extrativos. Inserido no extrativismo de coleta, o de produtos florestais não-madeireiros (PFNM) na Amazônia tem sido uma importante alternativa para a conservação dos recursos naturais, economicamente bastante viável para as populações (Costa, 2008).

Quanto aos recursos da fauna, eles contribuem na diversidade biológica dos ecossistemas amazônicos, manutenção dos processos ecológicos. E na ecologia humana eles têm sua importância, dentre outros, como fonte de recursos alimentares. A apropriação desse tipo de recurso natural envolve atividades como a caça e a pesca (Morán, 1990). É provável que a intensidade em que elas são praticadas estejam sujeitas ao costume local e às características ambientais.

A pesca é realizada em quase todos os ambientes onde existem corpos d'água, mas é na várzea, segundo Fraxe *et al.* (2007) que historicamente se concentra as mais intensas atividades de pesca. Os ribeirinhos da Amazônia sempre fizeram da pesca uma de suas principais práticas de subsistência, associada às demais atividades agro-extrativistas.

O pescado representa a principal fonte de proteína na alimentação das populações ribeirinhas locais (Isaac e Barthem, 1995). Batista (1998) indicou alguns dos peixes preferidos para o consumo familiar na Amazônia: o tambaqui (*Colossomama cropomum*), o tucunaré (*Cichla* sp.), o curimatã (*Prochilodus nigricans*) e o pacu (*Mylossoma* sp).

Quanto à caça, ela parece ser atividade que se concentra nos ecossistemas de terra firme, onde os recursos pesqueiros são mais escassos. Morán (1990) destaca a atividade nesses ecossistemas e reafirma a importância dela para populações humanas, inclusive as indígenas, como importante recurso alimentar.

Cada grupo que pratica a caça na Amazônia exerce impacto sobre a fauna silvestre, de acordo com seus padrões culturais. Esses efeitos correspondem às técnicas utilizadas para caçar, às espécies caçadas, às épocas do ano, à finalidade da caça e às quantidades extraídas. Existem fatores que influenciam os efeitos da caça, entre eles se destaca: a densidade das

populações humanas, sua dependência de caça para subsistência, a diversidade de espécies para caça e a presença de grandes áreas contínuas de vegetação preservada (Trinca, 2004)

1.2. Várzea e terra firme

A resolução nº 4, de 18 de setembro de 1985 do Conama (Brasil, 1985), define a várzea como: *leito maior sazonal: calha alargada ou maior de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia*. O Código de Águas, no artigo 16, explicita um conceito sobre solos aluviais: *Constituem aluvião os acréscimos que sucessiva e imperceptivelmente se formarem para a parte do mar e das correntes, aquém do ponto a que chega a preamar média, ou do ponto médio das enchentes ordinárias, bem como a parte do álveo que se descobrir pelo afastamento das águas*.

Embora esses conceitos não sejam incorretos, eles são genéricos demais. Não fazem diferença entre as áreas de várzea e demais áreas inundáveis, além de pouco esclarecerem sobre o caso singular das áreas de várzea na Amazônia. Surgik (2005) melhor detalhando, define várzea como áreas periodicamente inundáveis por ciclos anuais regulares de rios de água branca, ricos em sedimentos. Os solos, submersos quase metade do ano, são altamente nutritivos, pois são constantemente renovados pelas deposições sucessivas de sedimentos no período da cheia.

A deposição de sedimentos forma bancos de colonização pioneira nas várzeas amazônicas. As primeiras formas de vida vegetal a colonizarem essas áreas são as ervas aquáticas; logo depois, a colonização de espécies lenhosas, como arbustos, lianas e ervas rizomatosas arborescentes. O estrato arbóreo abriga a fauna composta por artrópodes, insetos, aves, mamíferos. No interior das várzeas também se encontram mamíferos aquáticos e peixes. (Almeida *et al*, 2004).

As formas de uso dos recursos naturais pelos *vargeiros* são das mais diversas. Eles utilizam o solo para agricultura, são pescadores (o produto da pesca é a principal fonte de proteína) e extrativistas vegetais. As variedades cultivadas geralmente são de espécies de ciclo curto, de 5 a 6 meses. Os eventos de subida e descida do rio influenciam a maneira pela qual as populações podem usar os recursos (Fraxe *et al* 2007).

Os ecossistemas de terra firme são formações de terras altas que consistem em extensões do platô do período terciário que alcançam as bordas dos rios. Para as populações que vivem nesses ambientes o calendário de atividades é marcado pela variação anual das chuvas (Lima, 2005)

Os *habitats* de terra firme são os ecossistemas terrestres mais ricos em diversidade de espécies na biosfera e com a maior produção de biomassa vegetal. A riqueza biológica desses ecossistemas não é em função de suposta riqueza dos solos, mas resultado de sofisticados sistemas de reciclagem de nutrientes, de adaptação das espécies vegetais às condições químicas do solo e do manejo das populações pré-coloniais e contemporâneas. (Morán, 1990)

Estima-se que na bacia amazônica brasileira a área coberta com floresta de terra firme seja mais de 3.000.000 km², uma vegetação de elevada riqueza e diversidade de espécies (Machado, 2010). Gama *et al.* (2005) em pesquisa de comparação entre florestas de várzea e de terra firme do estado do Pará, afirma que as florestas de terra firme apresentam maior riqueza de espécies arbóreas.

A diversidade de espécies não se limita às vegetais. Ela se estende a espécies de peixe, de aves e insetos. Estima-se que a Amazônia abrigue mais de mil espécies de aves. Em um único quilômetro quadrado de floresta, podem ser encontrados cerca de 245 a 248 espécies. Entre os mamíferos, os primatas formam um dos grupos mais diversos, tanto que podem ser registradas até 14 espécies também por um quilômetro quadrado de floresta (Vieira *et al.*, 2005)

Quanto aos solos, eles são constituídos ordinariamente por latossolos que, ao lado dos podzólicos vermelhos, constituem os solos mais representativos da região. (Falesi 1984). Os solos latossolos são os solos de maior extensão na Amazônia, são de excelente drenagem, excelente estrutura, alta saturação de alumínio e pobreza química. Os podzólicos estão entre os piores solos da região, são extremamente ácidos, com pH abaixo de 4,0 e extremamente pobres em nutrientes (Morán, 1990)

Morán (1990) enfatiza ainda que, pelo menos 11,8 % das florestas de terra firme, na Amazônia brasileira, podem ser considerados de áreas antropogênicas, resultado do uso intensivo e do manejo de populações humanas no passado. O autor também expõe as limitações ambientais – segundo seu ponto de vista – mais importantes que se pode encontrar nas florestas de terra firme: o regime pluvial; a probabilidade de localização de roças sobre solos ácidos e quimicamente pobres e a complexidade das relações bióticas.

As populações que vivem nessas áreas, que a propósito, é a principal área de ocupação na Amazônia, têm uma vida mais estável que as populações da várzea, pois não estão sujeitas aos efeitos das enchentes anuais e do fenômeno das terras caídas (Lima *et al.*, 2005). A agricultura praticada em terra firme exige dos agricultores, o rodízio de capoeiras, um pesado trabalho de retirada da vegetação primária ou secundária (Neves, 2005). Alencar (2005) assinala que a terra firme é constituída por solos pouco férteis, com predominância de cultivos

de mandioca (*Manihot esculenta*). Apesar das dificuldades, a terra firme apresenta algumas vantagens, como: a garantia de que a produção não vai ser destruída pelas águas.

Quanto à área de estudo adotada nesta pesquisa, Holanda (2010), relata que, na região entre Santarém e a Vila de Alter do Chão, existe um mosaico de savanas e florestas, sendo que, segundo o Incra (Incra, 2011), as vegetações de savana são as que predominam.

1.3. O PAE Eixo Forte

O projeto de assentamento agroextrativista Eixo Forte (PAE Eixo Forte) foi criado no ano 2005 pela portaria nº 44 de 20 dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, em uma região que leva o mesmo nome do assentamento, localizada no município de Santarém.

Projeto de assentamento é um conjunto de ações em área destinada à reforma agrária, objetivando a implantação de sistemas de vivência e produção sustentáveis, a fim de cumprir a função social da terra e promover economicamente, socialmente e culturalmente o trabalhador assentado (Incra, 2004).

O PAE Eixo Forte está inserido na categoria de assentamento agroextrativista, e é destinado, segundo Incra (2014), à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundas de comunidades extrativistas. Essa modalidade de assentamento foi criada pela Portaria Incra nº 268 de 23 de outubro de 1996.

No assentamento estão inseridas dezesseis comunidades, uma população que já estava na área antes da criação do PAE, são as seguintes: Andirobal, Cucurunã, Irurama, Jatobá, Pajuçara, Ponta de Pedras, Ponte Alta, São Braz, São Francisco do Carapanari, São Pedro, São Raimundo, Santa Rosa, Santa Luzia, São Sebastião, Santa Maria, e Vila Nova.

Segundo o controle da secretária de Saúde do município de Santarém no ano de 2010, a população do Eixo Forte era de 5.913 indivíduos 1593 famílias. Todavia, a Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) divulga que na região do Eixo Forte 1390 famílias foram assentadas até o ano de 2014, quando o que de fato aconteceu foi algo muito mais semelhante à regularização fundiária.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo geral:

- Analisar as condições de uso de recursos naturais por moradores de Santa Maria.

1.4.2. Objetivos específicos:

- Analisar o uso de recursos naturais a partir do registro da memória do ambiente em que viviam antes da ocupação em Santa Maria;
- Analisar o uso de recursos naturais a partir da rememoração de fatos da vida do grupo e das visões sobre o ambiente no início do processo de ocupação, bem como das narrativas sobre as atuais práticas de uso dos recursos disponíveis;
- Analisar as consequências dos desdobramentos da condição de organização social e de uso de recursos naturais em Santa Maria a partir das alterações nos padrões de organização social deliberados pelo Incra, e demais determinações que interferem na relação com a natureza.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIAS CAMPONESAS: SABERES ACUMULADOS NA RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA⁵.

SAFIRA CANTO PINTO

⁵ Capítulo escrito de acordo com as normas da revista Extensão Rural. Após conclusão deverá ser submetido.

MEMÓRIAS CAMPONESAS: SABERES ACUMULADOS NA RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA.

Safira Canto Pinto

RESUMO

Neste texto dedico-me à exposição de alguns dos resultados alcançados pela análise do uso de recursos naturais por moradores de Santa Maria. Abordo o tema a partir do registro da memória do ambiente em que viviam esses moradores antes da ocupação em Santa Maria. As fontes utilizadas para o estudo são oriundas de coleta de dados mediante entrevistas orientadas para construção de trajetórias familiares e da observação em trabalho de campo, que se concentraram nos meses de abril e maio de 2013. Os resultados revelam que a população tem origem de comunidades de várzea e terra firme, predominantemente a primeira. O uso dos recursos naturais correspondentes a esses ambientes se dava entre os micro-ambientes onde os recursos estavam distribuídos. A organização social, familiar e produção agrícola e extrativista eram influenciadas pelos efeitos de sazonalidade.

Palavras-chave: Várzea, uso dos recursos naturais, sazonalidade.

COUNTRY MEMORIES: ACCUMULATED KNOWLEDGE IN MAN AND NATURE RELATIONSHIP.

Safira Canto Pinto

ABSTRACT

In this text I am dedicated to the exhibition of some of the results achieved by the analysis of the use of natural resources by residents of Santa Maria. I deal with the subject from the record of the environment memory these residents lived in before the occupancy in Santa Maria. The sources used for the study are from data collection through interviews oriented to building family trajectories and observation in fieldwork, concentrated in the months of April and May, 2013. The results reveal that the population originates from the floodplain and mainland communities, predominantly the first. The use of natural resources corresponding to these environments occurred among the microenvironments where the resources were distributed. The social and family organization and agricultural and extractive production were influenced by the effects of seasonality.

Keywords: Use of natural resources, floodplain, seasonality.

INTRODUÇÃO

Em consonância com os objetivos desta pesquisa, neste capítulo dedico-me à exposição de alguns dos resultados alcançados pela análise do uso dos recursos naturais por moradores de Santa Maria. Abordo o tema a partir do registro da memória do ambiente em que eles viviam antes da ocupação em Santa Maria.

Santa Maria está situada no município de Santarém, à margem esquerda da rodovia Fernando Guilhon. É uma das 17 comunidades de uma área conhecida, há algumas décadas, como Eixo Forte, que em 2005 teve o *status* fundiário modificado, com a criação de um assentamento de reforma agrária, o Projeto Agroextrativista Eixo Forte (PAE Eixo-Forte). Santa Maria é composta por 45 famílias, cuja prática social exprime a dedicação a uma diversidade de atividades econômicas (em alguns casos alternadas): trabalhadores da construção civil, funcionários públicos, funcionários de empresas privadas, autônomos em geral e camponeses.

A primeira ocupação humana conhecida em Santa Maria data de aproximadamente 60 anos, promovida pela família da Sra. Maria da Paz. O local foi ocupado por conta das contingências impostas pela sazonalidade do regime hídrico na várzea, principalmente no deslocamento do gado no período de cheia.

A *terra firme*⁶ para o ribeirão sempre foi uma alternativa aos momentos em que as condições na *várzea*⁷ inviabilizavam os recursos mínimos de reprodução material. Para uns, alternativa provisória até que as águas do Amazonas baixassem, trazendo de volta os campos, a vegetação, os animais. Para outros, um recomeço, uma mudança drástica de estilos de vida, reconstruídos em outros lugares, quando os recursos até então acumulados eram danificados a ponto de impedir a reprodução imediata ou exigir grande reposição de recursos básicos de vida. No contexto em que o *recomeço* enfatiza um redirecionamento nas formas de gestão das condições de vida, como a partir da década de 1970, chegaram diversos grupos familiares, após a família da sra. Maria da Paz, advindos de comunidades de várzea, motivados pela busca de melhores condições para a reprodução da atividade agrícola e reprodução social; recomeço porque se colocavam diante da percepção que os projetos de vida estavam sendo inviabilizados, especialmente pela perda de controle quanto aos meios de apropriação de recursos naturais. As limitações eram principalmente de dimensão ambiental, devido às inundações excepcionais que repercutiam em perdas sucessivas de bens e plantações, e secundariamente, pelo fenômeno das *terras caídas*⁸.

⁶ Áreas não afetadas pela subida e descida dos rios.

⁷ Surgik (2005), que define a várzea como áreas periodicamente inundáveis por ciclos anuais regulares de rios de água branca, ricos em sedimentos. Os solos ficam submersos quase a metade do ano, são altamente nutritivos e constantemente renovados pelas deposições anuais de sedimentos no período da cheia.

⁸ *Terras caídas* é terminologia utilizada pelas populações locais da Amazônia brasileira para designar as quedas de barrancos nas margens do rio Amazonas e nos seus afluentes de água branca. Esse

A apropriação dos recursos naturais anteriores à ocupação de Santa Maria era baseada em práticas de uso múltiplo, envolvendo a agricultura, a pesca, o extrativismo de produtos florestais e a pecuária de pequena escala – para alguns poucos grupos familiares –, em ambientes de terra firme, mas principalmente de várzeas do Amazonas. Devido à grande importância das várzeas – pelo maior número de famílias naturais desses ecossistemas – dedico atenção especial ao entendimento do uso de recursos nesse contexto.

A fim de compreender um pouco mais alguns dos princípios orientadores das relações homem/natureza na várzea, concentrei a análise em um grupo de quatro famílias que, até 1970, residiam na comunidade São Ciríaco do Urucurituba, localizada a uma distância média de 17,18 Km da sede municipal de Santarém (Ingra, 2010). As demais comunidades (Ponta dos Periquitos, São Braz, Marimarituba, Novo Império e Mato Grosso) são representadas por apenas uma família cada. A recordação de fatos e experiências de uma determinada época e lugar específico – São Ciríaco – por um grupo consistente de pessoas tornou possível rememorar fatos da vida do grupo, bem como o uso dos recursos naturais distribuídos nos diferentes ambientes. Vale ressaltar que as descrições dos ambientes não contaram apenas com dados de memória dos entrevistados, também de minha observação *in loco*, no mês de dezembro de 2013.

MÉTODO

As fontes utilizadas para o estudo são oriundas de coleta de dados mediante entrevistas orientadas para construção de trajetórias familiares e da observação em trabalho de campo, que se concentraram nos meses de abril e maio de 2013. Como critério para escolha das famílias, considerei o tempo de residência em Santa Maria. Portanto, compuseram o *corpus* de análise as que chegaram até o final da década de 1980, motivadas pela reafirmação de sua condição camponesa. A partir da chegada desse grupo, as outras sucessivas formas de ocupação se deram principalmente por famílias não camponesas.

fenômeno natural é, sem dúvida, o principal agente transformador da paisagem e responsável por uma série de transtornos para as populações afetadas (Carvalho & Cunha, 2011)

Também foram analisados textos de estudiosos sobre temática camponesa, as relações homem/natureza na Amazônia; bem como de jornais e relatórios técnicos de instituições governamentais.

Quanto à análise dos dados, as entrevistas foram transcritas e analisadas mediante compreensão das formas de categorização nos discursos dos entrevistados, fazendo aparecer o sistema de relações no decorrer da temporalidade que a memória social dos entrevistados permitiu.

Dada a importância da compreensão dos sentidos consagrados aos termos construídos pelos interlocutores, que correspondem as referências altamente estruturantes dos estilos de vida, eles serão, por tais motivos, mantidos com a distinção gráfica do uso do itálico, e definidos em nota explicativa quanto à contextual significação na primeira apresentação no texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Deslocamentos como estratégias familiares

Alguns deslocamentos para Santa Maria foram precedidos de outros movimentos de “subida” e “descida” pelos rios da região. Um vem e vai de pessoas carregando muito mais que bagagens, levando de fato suas histórias e projetos de vida.

As circunstâncias pelas quais os deslocamentos ocorriam eram as mais diversas: demanda de serviços, procura de bens e serviços oferecidos no centro urbano de Santarém, alianças ou separações em situações de casamento e pressões ambientais. A figura seguinte (figura 1) ilustra a última ocupação, de onde saíram para então instalarem-se no local atualmente conhecido como Santa Maria.

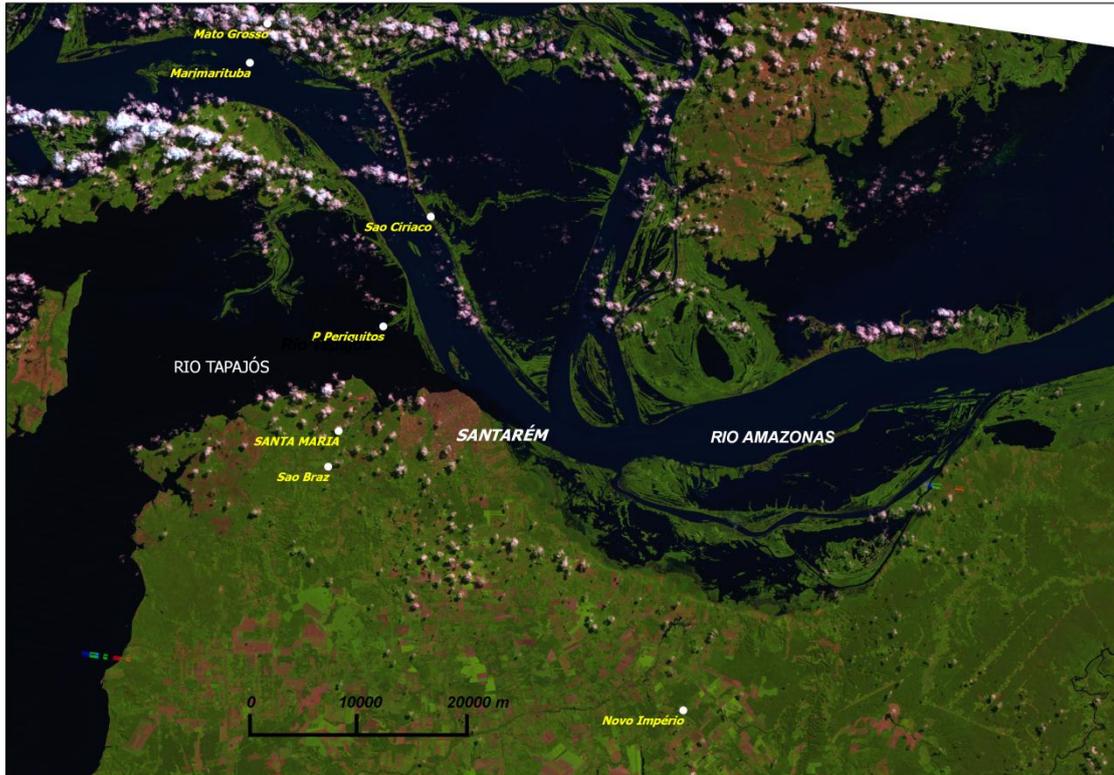


Figura 1. Localização das comunidades. Fonte: Imagem LANDSAT, cena 227.062 de 2005.

O deslocamento da primeira família se deveu muito mais à construção de estratégia para melhor enfrentar os efeitos da sazonalidade das águas e ocorreu na década de 1950: a família da Sra. Maria da Paz, antes residente na comunidade Ponta dos Periquitos. A partir da década de 1970, começaram a chegar outras famílias, por iniciativas construídas sem previsão de relações anteriores de pertencimentos mútuos, como o é geralmente pela relação de parentesco entre elas. Esse caráter geral só encontra exceção para o grupo de São Ciríaco. O principal motivo dos deslocamentos foi a reação às pressões ambientais: às grandes enchentes e às terras caídas, fenômenos que comprometiam a reprodução social e reprodução da condição camponesa. Quero com isso destacar que alguns deslocamentos se desenvolveram como estratégia para que algumas famílias se mantivessem enquanto camponesas, isto é, reorganizando a vida em função dos recursos disponíveis e dos modos de organização dos usos produtivos.

Sigaud *et al.* (1987), em pesquisa com camponeses afetados pela barragem de Sobradinho no rio São Francisco, analisaram as mobilidades dirigidas e as estratégias da população, como eles se recriaram para manter-se na posição até então conquistada, mesmo em condições adversas, com perdas consistentes de

estilos de vida construídos nos locais de origem. Apesar das coerções, boa parte daquela população empregou grande esforço para se adaptar às novas condições, confirmando assim a diversidade de formas pelas quais se pode exercer a condição camponesa.

A capacidade de conceber formas de lidar com a vida, sob condições desfavoráveis, tais como as que os atores dessa pesquisa vivenciaram, revela algo muito singular do modo de ser camponês, sua “condição de agente”, que atua gerindo incertezas e limitações. Der Ploeg (2008) afim de elaborar uma proposta para redefinição do termo “condição camponesa”, afirma que ela deve ser entendida no contexto atual; e ao mesmo tempo reconhecer a condição do indivíduo como agente enquanto característica central da condição camponesa. Para uma melhor compreensão da proposta do autor, é bom que se considerem alguns aspectos como: a luta por autonomia; um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações; criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada; formas de produção entre homem e natureza viva; interação com o mercado; sobrevivência e perspectiva de futuro que se realimentam na base de recursos e a fortaleçam melhorando o processo de co-produção e autonomia. Afinal, destaca o autor, pode haver fortalecimento da base de recursos próprios de atividades não agrícolas; e padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

Quanto às enchentes na Amazônia, elas são fenômenos próprios da sazonalidade, marcada pela subida e descida do volume de água dos rios, que regulam os ciclos de vida da biota local (FRAXE *et al.*, 2007). As populações humanas nesses ambientes devem adaptar-se ao alto grau de dinamismo morfológico nos rios, lagos e igarapés que atravessam continuamente a área (MORÁN, 1990). Nessas condições ambientais de constante modificação, as populações aplicam o equipamento cultural acumulado aos recursos naturais disponíveis.

Pinto (2010), em Memória de Santarém, relata algumas das maiores enchentes na região, inclusive a partir de experiências por ele vividas. As enchentes de 1953 e a de 1976 foram grandes enchentes, que tiveram efeitos sobre o centro urbano de Santarém, como o alagamento de casas da rua do comércio.

A “enchente grande” de 1859 inundou campos, aterros, restingas. Na região do Lago Grande, no município de Vila Franca, foram perdidos 27 mil cabeças de

gado, cavalos, carneiros, cabras e porcos. Apenas as plantações que ficaram em localidades mais altas resistiram. Em Santarém, as águas invadiram alguns trechos da rua dos mercadores e as partes marginais da atual praça Rodrigues dos Santos. No bairro da Aldeia, muitas casas ruíram. (PINTO, 2010)

A enchente é um fenômeno natural esperado todos os anos, que dentre muitos benefícios, traz fertilidade aos solos da várzea. No entanto, ela é tratada com cautela, pois as águas transportam muito mais que nutrientes. Em 18 de fevereiro de 1967, O Jornal de Santarém emitiu um alerta aos vargeiros para que se preparassem para a grande enchente que estava para acontecer naquele ano; e que de fato o foi:

Notícias dos altos rios informam que todas as vias fluviais que recebem águas das cordilheiras andinas estão transbordando, e essa avalanche líquida como é lógico, vem por ai abaixo em busca de seu desagudouro natural: o Rio Amazonas.

São verdadeiramente graves e sobremodo alarmantes os presságios para a enchente deste ano.

Urge que os moradores das várzeas se previnam enquanto é tempo, construindo marombas, aterros e tomando outras providências para salvarem os seus animais e outros haveres. Quanto às plantações, nada se pode fazer a não ser entregá-las nas mãos de Deus, como tudo o mais, afinal (DOLORES, 1967 p. 1).

Provavelmente essas enchentes atingiram os ascendentes ou, mesmo, as pessoas de mais idade dos grupos hoje considerados por esta pesquisa, pressionando-os de tal forma que resultou na mobilidade, não apenas por uma grande enchente, mas pela somatória de insatisfações e prejuízos de inúmeras enchentes, resultando na decisão de as famílias de São Ciríaco (ano de 1975), Marimarituba e Mato Grosso (na segunda metade da década de 1970) migrarem. Apesar de atribuírem a saída das comunidades às grandes enchentes, muitos falam de uma *enchente grande*, que trouxe muitos problemas. É a partir desses acontecimentos que decidiram recomeçar a vida em um lugar mais estável e seguro. Talvez estivessem falando das enchentes de 1971 ou enchente de 1974 que, segundo Pinto (2010), foram anos de grandes enchentes.

Devido às inundações periódicas (e principalmente as excepcionais) e à efemeridade das margens dos cursos d'água, as famílias das *várzeas* estão sempre atendas para a necessidade de mudança, abandonando os até então núcleos residenciais ou comunidades, e, como ressaltam, recomeçando a vida em outros lugares (PINEDO-VASQUEZ, 2005). Foi o que aconteceu com a maioria das famílias analisadas nesta pesquisa.



Figura 2. Mercado municipal de Santarém, enchente de 1953 (PINTO, 2010)

Longe de indicar a exaustão de um modo de vida e de produzir, é nesse contexto de previsão de probabilidades mais radicais que as populações da *várzea* vivem e reproduzem a condição camponesa.

Os ambientes de várzea e a presença humana.

Acredita-se que a presença de populações humanas na *várzea* do Amazonas é uma das mais antigas do continente (LIMA, 2005). Adams (2005) afirma que apesar do caráter desafiador à ocupação humana, a *várzea* tem um papel central no processo de ocupação da Amazônia.

Sua ocupação é desafiadora, principalmente pelas inundações extremas ocasionais, que além das perdas materiais, comprometem a produção agrícola. No entanto, segundo Adam, a característica da inundação, tão singular e esperada todos os anos, produz solos férteis que, apesar da impossibilidade de cultivo ao longo de todo o ano, é recompensado quando a água desce e os solos fertilizados ficam expostos. Graças a esse aspecto e ao fácil acesso aos abundantes recursos da fauna aquática, a *várzea* foi capaz de sustentar os maiores assentamentos humanos da pré-história (ADAMS, 2005)

Os relatos dos primeiros viajantes europeus na bacia amazônica, até meados do século XVII, registram verdadeiras “cidades” às margens do rio Amazonas, povoados imensos, com alta densidade populacional. Eles relatam a fartura de alimentos e uma sofisticada organização política e social de alguns grupos. (FRAXE *et al.*, 2007)

Anteriores à colonização europeia, os estilos de vida das populações que viviam nessas áreas sujeitas a inundações já eram influenciados pelo regime fluvial, ao ponto de estarem envolvidos na determinação da organização social do grupo. Ainda hoje, as populações adequam-se à dinâmica de subida e descida do rio, de cheia e seca.

Portanto, um aspecto importante neste tipo de análise de uso dos recursos naturais é considerar a temporalidade, determinada pelo regime fluvial. A vida do *vargeiro* é ritmada pela subida e descida do rio, observada principalmente no ciclo produtivo: na produção agrícola, no extrativismo vegetal, na pesca e na caça (PEREIRA e WITKOSKI, 2012). O *tempo da cheia* e o *tempo da seca* é o calendário pelo qual a vida parece se organizar.

A cheia do rio, geralmente, inicia no mês de outubro ou novembro, continua a subir nos meses subsequentes, alcançando o máximo nos meses abril e maio. A partir de junho começa a vazante, até o nível mais baixo, nos meses de agosto e setembro (FURTADO, 1993)

Quanto ao uso dos recursos naturais, os *vargeiros* utilizam terras para agricultura, são pescadores e extratores vegetais, que gerem disposições específicas, fazendo uso dos diferentes ambientes de várzea reguladas pela dinâmica do nível das águas. Atividades como agricultura e pesca possuem suas peculiaridades nesses ambientes; a agricultura, em geral, limita-se a cultivos de ciclos curto, de 5 a 6 meses. A pesca é fundamental tanto que aí se situa o ambiente onde se concentra, historicamente, as mais intensas atividades de pesca; ela é uma das mais importantes práticas de subsistência e representa a principal fonte de proteína (FRAXE *et al.*, 2007)

Fragmentos de memória coletiva da vida na várzea.

A partir de fragmentos de experiência individual e social de vida, alguns deles preservados ou celebrados como dados de objetivação de memórias, ou seja, daquilo que os entrevistados julgaram ser mais importante, descrevo a relação com os recursos naturais quando eles viviam em condição de *vargeiros*, portadores de saberes e práticas singulares às características dos ambientes de várzea, em que a sazonalidade era diretamente demarcada

pelo uso que faziam dos recursos e pelas referências que valorizavam para a organização da vida.

Da comunidade Ponta dos Periquitos, chegaram os primeiros moradores de Santa Maria, a família da Sra. Maria da Paz, em um contexto em que o transporte para a cidade de Santarém acontecia principalmente pelo *Igarapé Grande*, que deságua no lago do Juá, dando acesso ao rio Tapajós. *Naquela época*, meados de 1950, residindo em Ponta dos Periquitos, a família já mantinha relação muito importante com a *terra firme*, pois deslocavam o gado na cheia do rio até as águas baixarem. A economia familiar se concentrava na agricultura de subsistência, culturas temporárias de ciclo curto; na pesca; no extrativismo e na criação de gado.

De São Ciríaco de Urucurituba deslocou-se um grupo de quatro famílias, com laços de parentesco mútuo, que partiu em consequência das enchentes e das *terras caídas*. A economia familiar se amparava no trabalho com a pesca, a agricultura de subsistência e pela produção da juta. A chegada do grupo em Santa Maria marca a fundação da comunidade, pois a partir de considerável número de habitantes começou a se pensar em trabalhar pelos interesses comuns e criação de recursos sociais.

Em Maririmatuba e Mato Grosso viviam as famílias do sr. Luiz e sra. Maria, respectivamente. Ambos tinham sete filhos e saíram da comunidade ao final da década de 1970, também em consequência de prejuízos ocasionados pelas enchentes. Ambos viviam da agricultura de subsistência, da pesca e da produção de juta.

As famílias se organizavam de forma cooperada na produção, na divisão do trabalho e na concentração dos recursos. A organização familiar se dava em torno de uma economia que servia exclusivamente para suprir às necessidades da família, com trabalho familiar na produção para o autoconsumo, e em alguns momentos dirigida para o mercado. Todos colaboravam para suprir as necessidades do grupo, com exceção das pessoas idosas, doentes e crianças na tenra infância.

Esses camponeses moravam em palafitas, construídas em madeira, cobertas de palha e cipós. Construções que representam o cotidiano da relação com a natureza, a partir de detalhes menores até os mais significativos,

das painelas de barro até moradias inteiramente construídas com os recursos existentes na natureza.

Aquelas moradias eram pensadas para abrigar e proteger a família, mas também eram projetadas para serem deslocadas na situação dramática do fenômeno natural das *terras caídas*, ou, na maioria das vezes, adaptadas por um período de tempo previsível. Neste último caso, acima do assoalho de tábuas construíam-se um piso provisório, até que as águas baixassem, geralmente nas grandes enchentes, quando o nível d'água ultrapassava as previsões.

No caso de São Ciríaco, a madeira poderia ser encontrada nas vegetações da própria comunidade, mas não satisfaziam em quantidade e qualidade aos fins desejados, pois não tinha *mato* para isso.⁹ A vegetação era composta de campos, aningais e algumas espécies arbóreas. Devido à escassez do recurso, quando era necessário fazer construções de moradias e de uso comum, como sedes comunitárias e igrejas, eles compravam madeira na cidade de Santarém ou exploravam-na em outros ambientes.

Em Incra (2010) há relatos de que parte da madeira utilizada por ribeirinhos do Baixo Amazonas, na construção da maioria das casas (esteio, viga, perna-manca, travessa, caibro, assoalho e parede) e de alguns objetos, como canoa, remo, bancos, mesas, é proveniente da *terra firme*, devido à sua durabilidade e resistência.

Semelhante ao que ocorria com a madeira, a palha e o cipó também eram recursos escassos e sua exploração se dava em outros ambientes, pois a incidência necessária ao uso empurrava-os para além dos limites da comunidade. Foi a partir dessas necessidades que aqueles moradores de São Ciríaco estabeleceram contato e reconhecimento da área que posteriormente se tornaria o local de residência. Afinal, Santa Maria foi constituída como alternativa para exploração de palha, cipó e lenha, recursos naturais escassos em Urucurituba.

A locomoção se dava exclusivamente pelo rio Amazonas, e não se limitava ao transporte de pessoas, mas tudo o que se fazia necessário à reprodução social dos grupos. Como se expressou Tocantins (1988) em "O rio

⁹ Não ter *mato* significa não ter espécies próprias para construção.

comanda a vida”, ele era a rota por onde fluíam as informações, os serviços, o transporte de mulheres, crianças, mercadorias e a produção agrícola. Era no rio que a vida daqueles varzeiros acontecia. Toda essa movimentação ocorria por embarcações de terceiros, os *barcos de linha*, também chamados de *motor*, ou pelas canoas do próprio grupo familiar.

No primeiro caso, o uso dos serviços dos *barcos de linha* acontecia, principalmente, pelas famílias das comunidades mais distantes, Mato Grosso e Marimarituba. Os de São Ciríaco e Ponta dos Periquitos se moviam em pequenas embarcações, isto é, canoas construídas por eles próprios. A relativa proximidade com a cidade respondia ao tipo de embarcação utilizada e à frequência de idas à cidade.

Naquele tempo não tinha motor, vinha a remo, na vela era só uma pra atravessar. O Amazonas não era largo como é agora. Era bem estreitinho, só tinha aquele canal que o navio passava. Depois as terras foram caindo, caindo e lá onde a gente morava não tem mais quase terra. Vai ficando tudo Amazonas. Não demorava, era bem rapidinho. Atravessava e já estava na cidade. (sra. Clara Amaral de São Ciríaco, 71 anos, 2013)

A relação com a cidade se dava para aquisição de bens e serviços oferecidos no centro urbano. O maior investimento para o futuro dos filhos ainda se concentrava na manutenção da condição camponesa. Ainda assim, frequentar ou não a escola não era determinada apenas pelo projeto familiar, pois nessas comunidades não existiam escolas e a única maneira seria enviar os filhos para casas de parentes e conhecidos na cidade de Santarém.

O caso de sra. Maria da Paz. ilustra essa realidade. Ela foi retirada do convívio familiar aos 8 anos de idade, por decisão do pai, no propósito de estudar em Santarém. Foi entregue aos cuidados de um amigo da família. Em seguida, passou alguns anos com parentes, trabalhando como doméstica. Quanto aos estudos, o contato que teve permitiu apenas assinar o próprio nome. Por fim, retornou à casa dos pais, que no momento já residiam em Santa Maria, e passou a trabalhar na roça com a família.

A relação dos *varzeiros* com os recursos da natureza e as atividades realizadas eram por eles costuradas segundo a percepção da sazonalidade, pelos saberes construídos socialmente nas experiências com o ambiente em que viviam. Os efeitos da sazonalidade, principalmente o nível das águas do rio Amazonas, e de influência secundária, a precipitação, davam ritmo à vida daquelas pessoas, atribuindo “tempos” às atividades de produção e reprodução social.

Os ambientes para agricultura geralmente eram próximos às moradias, devido à escassa disponibilidade de terras mais altas, onde a água só alcança nas grandes enchentes. As espécies temporárias de ciclo curto eram as mais adequadas a essas condições, como a melancia (*Citrullus lanatus*), o arroz (*Oryza* sp), hortaliças, o milho (*Zea mays*), o feijão (*Phaseolus* sp), o jerimum (*Cucurbita* sp) e a mandioca (*Manihot esculenta*). Esses entrevistados também exploravam a juta, produto que durante décadas foi a principal mercadoria na várzea, até seu colapso na primeira metade da década de 1980 (Mc GRATH e GAMA, 2005)

Estrategicamente, os *canteiros* para cultivo de hortaliças eram construídos próximos às casas, de modo a não interromper a produção quando as águas começassem a subir durante a cheia. Plantavam-se tomate, cebola, pimentão, grande parte para o autoconsumo, apenas esporadicamente para o comércio, como relata sra. Clara, ao esclarecer que, sempre que necessário, levava parte da produção – mas não apenas as hortaliças – para compradores na *beira*, atual orla de Santarém.

Aqueles que não poderiam ser plantados em canteiros, eram cultivados no solo, desde que os cultivadores se mantivessem atentos para as épocas de plantio, limpeza dos roçados, da colheita, ritmados pelo nível da água do rio. Nesse aspecto, um grande diferencial do contexto de Santa Maria é a alta fertilidade dos solos da *várzea*, que, por efeitos da fertilização natural realizada pela deposição de sedimentos do rio, poupava aqueles *vargeiros* de grandes investimentos na preparação do solo. Em contrapartida, os solos *fracos* de Santa Maria demandam maior esforço produtivo, como o uso do sistema agrícola tradicionalmente utilizado pelas populações humanas na Amazônia (GAMA 2002; PEDROSO JUNIOR, 2008), o sistema corte e queima, em que há preparação do solo através do corte, seguido de queima da vegetação primária ou secundária para o cultivo de culturas anuais. Após o tempo de cultivo, a área é deixada em pousio, isto é, gestão de meios de regeneração da vegetação por um período de tempo que é sempre maior que o de cultivo.

A pesca era praticada no rio, nos lagos e igarapés, sobretudo nos lagos durante a vazante. Os processos de trabalho eram tradicionais, os instrumentos utilizados iam desde espinheis, malhadeiras, tarrafas, aos

caniços. O produto da pesca, assim como o da agricultura, visava tanto ao autoconsumo como à comercialização, mas principalmente ao autoconsumo, uma vez que os produtos da pesca eram as principais fontes de proteína, tendo em vista que caçar não era uma prática fundamental, pela própria escassez do recurso.

Grupos familiares de São Ciríaco.

Até o início da década de 1970, em São Ciríaco, viviam quatro famílias de camponeses, que dentre muitas atividades da intensa rotina da vida de um *vargeiro*, pescavam, cultivam variedades de ciclo curto, espécies perenes, hortaliças, produziam juta, comercializavam parte da produção na cidade de Santarém, enfim, eram verdadeiramente polivalentes, que sabiam perfeitamente utilizar os recursos naturais existentes nos mais diferenciados ambientes da *várzea*, desde os solos altamente nutritivos até à abundância dos recursos da pesca nos lagos, igarapés e rio.

Faço referência às famílias do sr. Armino e sra. Raimunda; José Maria e Clara; Miguel e Genoveva e Paulo e Nelita (Figura 3). Entre eles existiam laços de parentesco que os envolvia não apenas na organização social do grupo, mas que foram fundamentais na decisão pela mobilidade para Santa Maria. Como as famílias mantinham relações de solidariedade umas com as outras, decidiram, em conjunto e com a cooperação de todos, retirar-se de São Ciríaco quando as condições ambientais inviabilizaram sobremaneira a vida naquele local.

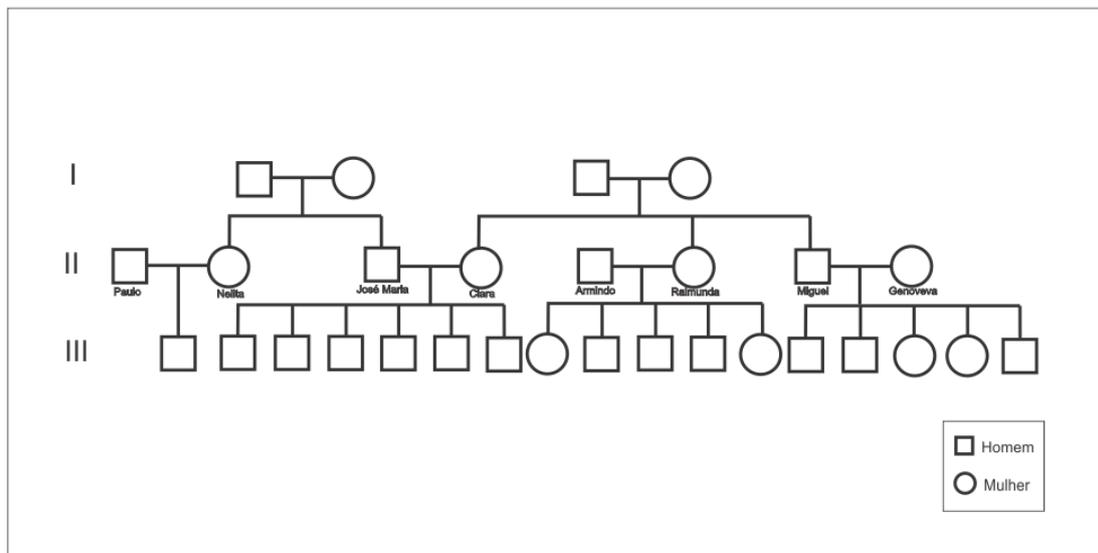


Figura 3. Representação dos laços de parentesco entre as famílias de São Ciríaco.

O mesmo rio que os impeliu para longe daquele território, foi também o que conduziu parte da vida dessas pessoas. Parafraseando Tocantins (1986), o rio comandava a vida, e comandou a vida do grupo familiar por muito tempo.

A organização familiar se dava a partir das dimensões do trabalho familiar, como assinalou Saraceno (1997) ao considerar uma pesquisa posta em prática na Itália e que apontava o cruzamento de dimensões de trabalho e organização familiar, como um conjunto estruturado de interdependências; e não mais como mundos, atividades e relações completamente separadas e autônomas. O mundo familiar em São Ciríaco se dava pela estruturação do próprio trabalho, um complexo família-trabalho que também era interdependente das condições ambientais, principalmente das diversidades de ambientes a serem explorados, enfim, da sazonalidade.

A divisão de trabalho ou das responsabilidades entre os sexos não era de maneira alguma sempre igual e estática. A participação feminina imprimia sua marca, as mulheres se ocupavam desde os encargos domésticos às atividades da roça, ao processamento da juta no pós-colheita, à criação de pequenos animais, ao cuidado com as crianças. É certo que existia o *trabalho dos homens*, como a pesca e produção da juta, mas as mulheres participavam em algum momento, principalmente em transformar o que os homens traziam. As mulheres se ocupavam da casa e afazeres próprios desse espaço, do cuidado com as crianças – e nesse aspecto o cuidado redobrado no período da

enchente, quando o entorno ficava completamente tomado pelas águas e os riscos se acentuavam –, do trabalho na roça, que geralmente fica bem próxima da casa. Entre as variedades cultivadas, cito o feijão, a melancia (*Citrullus lanatus*), o maxixe (*Cucumis anguria* L.), banana (*Musa* sp), jerimum, mandioca e macaxeira (*Manihot utilissima*). O canteiros também eram comuns, sempre próximos às casas, o que viabilizava a produção para o consumo familiar, mesmo durante as cheias.



Figura 4. Canteiro próximo à casa na comunidade São Ciriaco. Fonte: Safira Canto, 2013.

Furtado (1993), em pesquisa com ribeirinhos do Baixo Amazonas, assinala que é nos espaços que se percebe a maior atuação dos sexos, sem, no entanto, perceber limites rígidos nessa atuação; e que os círculos binários rio¹⁰/pasto, rio/mata, rio/jutal são espaços de atuação do homem, enquanto casa/roça, casa/terreiro representam o trânsito feminino.

A pesca era uma atividade masculina, ainda que as mulheres vez ou outra acompanhassem os homens nas pescarias, pois não era um espaço de sua atuação. Os pescadores de São Ciriaco exploravam diferentes *habitats* – o rio Amazonas, o igarapé do Urucurituba, o *Igapó Grande*, o lago do Vitor, o lago do Pacoval e demais lagos da região.

Nesse contexto de diversidade de *habitats* se estruturava o uso dos recursos naturais, orientando-os para a atividade com a natureza polivalente, desenvolvida de modo sazonal.

¹⁰ Rio neste caso significa o conjunto de lagos, igarapé e o rio Amazonas.

O espaço em São Ciríaco, até o início da década de 1970, constituía-se da seguinte maneira: a comunidade iniciava na *beira* do Amazonas, em seguida encontrava-se o *Igapó Grande*, o *igarapé do Urucurituba*, uma restinga, a *baixa*, as casas edificadas sobre outra restinga, depois o lago do Vitor, os campos, inclusive a comunidade Campos do Urucurituba. Os campos eram seguidos e cortados por lagos, e mais adiante o lago maior, o Lago do Pacoval. Parte dessa diversidade de *habitats* já não existe mais, o fenômeno das terras caídas levou para o Amazonas tudo o que existia desde o *Igapó Grande* até o local das moradias, exceto esses fragmentos de memória daquelas pessoas.

O que ainda resta atualmente, e talvez por pouco tempo, pois as terras continuam caindo, é tudo o que se segue a partir da segunda restinga – onde as famílias que permaneceram na comunidade construíram suas casas e ainda hoje vivem. Os lagos e os campos ainda permanecem, e o rio confere ritmo próprio à vida da população local.



Figura 5. Paisagem atual, restinga e casa ao fundo. Fonte: Safira Canto, 2013.

O rio Amazonas era o caminho por onde a vida passava, os habitantes moviam-se para outras comunidades ou para a cidade de Santarém, tanto para comercializar a produção como para adquirir bens e produtos oferecidos pelo centro urbano. Parte dos recursos pesqueiros se explorava naquelas águas, apesar de não ser o local preferencial para esta atividade. A pesca no rio Amazonas ocorria durante o ano todo. Pescavam principalmente os peixes

lisos¹¹. Pescava-se filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), mapará (*Hypophthalmus* sp.), pescada (*Plagioscion squamosissimus*), dourada (*Brachyplatystoma flavicans*). Os instrumentos utilizados iam desde caniços ao espinhel. O espinhel, ou como se referiu sra. Clara, o *espinhelão*, era próprio para os *peixes grandes*, mais comuns nas águas do Amazonas.

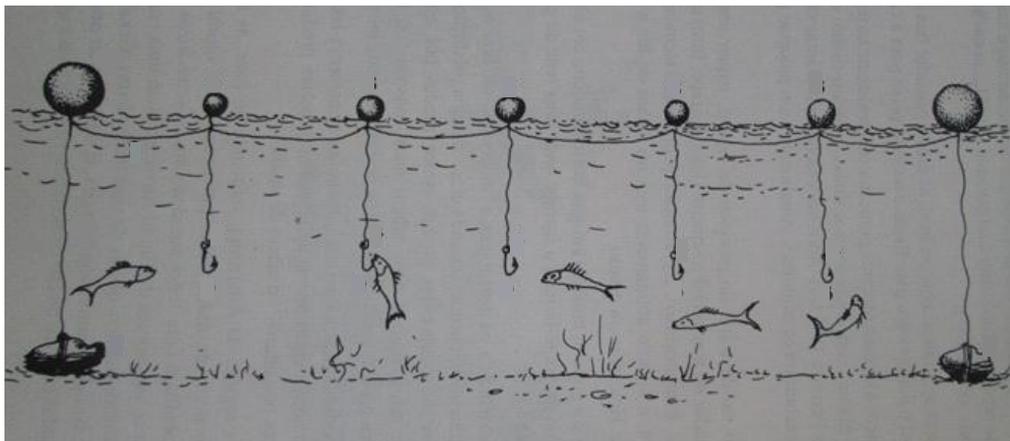


Figura 6. Tipo de espinhel utilizado por pescadores do médio Amazonas paraense. Fonte: Furtado (1993)

O *igapó grande* era uma vegetação que ficava na margem do rio Amazonas, uma área de *mato grande*, com castanheiras, sorocó, puruí, ituá, bacuri, taperebá, marajá, catarizeiros¹². Durante a cheia, a vegetação ficava parcialmente submersa, e na seca, até o solo ficava exposto. Era um *mato de pau grande*. No entanto, a riqueza de espécies era relativamente baixa, semelhante ao que relatam Almeida *et al.* (2005), sobre florestas de várzea do estuário amazônico, que apesar da considerável estrutura de tamanho e elevada biomassa vegetal, a riqueza é baixa em relação a outras áreas da região, como as florestas de *terra firme*. A vegetação carecia de espécies resistentes e duráveis, aquelas necessárias para construções de moradia e outras instalações. O uso que faziam desse *habitat* concentrava-se principalmente na coleta de produtos vegetais não madeireiros, tais como os frutos, por exemplo, alguns comestíveis pela população humana, outros servindo de alimento para peixes, também usados como isca em pescarias.

Como dito, o *igarapé* situado logo após o *igapó grande* era conhecido na região como *igarapé do Urucurituba* pela sua extensão, pois nascia na

¹¹ Peixes sem escama.

¹² Nomenclatura dada pelos entrevistados

comunidade vizinha, Fátima do Urucurituba e seguia até a região do Aritapera. O igarapé era extenso, caudaloso e piscoso. Além de ser usado na pesca, servia ao uso doméstico da população, na preparação dos alimentos, nas lavagens de uso, e para beber.

Entre o igarapé e o local das residências, existiam uma restinga e uma grande *baixa*. As águas deixavam esses ambientes totalmente submersos no período da cheia, e na seca a *baixa* se constituía como reservatório a um nível mínimo. A restinga, constituída de terras altas formadas pela deposição de sedimentos acima das margens (MORÁN, 1990), era constituída por algumas árvores, arbustos e gramíneas. Tanto os solos da *baixa*, quanto os da restinga eram usados para a agricultura, plantio de culturas temporárias. Na restinga cultivavam-se mandioca, macaxeira, milho, feijão. Nas margens da *baixa*, na *beira*, plantavam-se principalmente melancia, jerimum e milho. Os moradores nesse *habitat* cuidavam em sempre optar pelas culturas de desenvolvimento rápido, atentos ao tempo para plantio, pois na enchente tudo se perderia, caso não fosse bem programado; ou na pior das hipóteses, nada disso adiantaria, quando a enchente chegava muito antes do previsto.

As casas estavam edificadas em uma segunda restinga, onde também faziam uso do solo para agricultura, do qual se enxergava no plano de fundo um lago, o lago do Vitor (Figura 7). Do que ainda resta *daquela época*, como dito, são os ambientes um pouco depois do local das residências, pois até elas foram absorvidas pelo rio Amazonas.



Figura 7. Lago do Vitor. Fonte: Safira Canto, 2013.

Grande esforço produtivo da atividade da pesca foi empregado no lago do Vitor. Nesse existiam particularidades em contraposição à pesca realizada no rio Amazonas, principalmente quanto aos instrumentos utilizados e variedades capturadas. Eles sabiam empregar os aparatos instrumentais às diversidades de micro-ambientes (rio, lago, igarapé), de tal forma que os meios de produção se adequavam ao ambiente manejado. Nos lagos e igarapés havia predominância dos métodos clássicos, clássicos segundo Furtado (1993), pelos quais se praticava pesca com arpão, caniço, tarrafas e espinhel, devido as águas serem mais tranquilas. Os peixes capturados nos lagos eram principalmente os *peixes de escama*, favoritos na dieta alimentar daquela população, em oposição ao *peixe liso*, que são mais comuns no rio Amazonas e não eram tão apreciados como os primeiros.

Considerando as análises de Furtado (1993), vale ressaltar que o uso de determinados instrumentos num determinado micro-ambientes, não significa que ele seja exclusivo dele, antes, eles são recorrentes. No caso por mim avaliado, os pescadores também usavam instrumentos semelhantes em ambientes diferentes. As diferenças fundamentais estão nas características, como: tamanho, comprimento e espessura. No caso do espinhel, a diferença entre rio e lago está no tamanho, *espinhelão* e espinhel, respectivamente.

O uso dos recursos naturais em São Ciríaco se dava em diferentes ambientes que constituíam aquele lugar, mas não se projetavam limites,

exploravam para além dos limites da comunidade, nos lagos e vegetações circunvizinhas, como o grande lago do Pacoval. Apesar das limitações impostas pela subida e descida do rio, a vida naquele ambiente representa a grande capacidade de adaptação das populações humanas através da experiência e do emprego do conhecimento adquirido pela sua estreita relação com ambiente. Nesse contexto, aquela população fazia uso dos aparatos que possuíam para apropriar-se dos recursos naturais indispensáveis à produção e reprodução da condição camponesa estruturada naquela realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do uso dos recursos naturais no ambiente em que viviam os entrevistados antes da ocupação em Santa Maria, permitiu vislumbrar os ecossistemas no qual viviam – *várzeas e terra firme* –, os principais micro-ambientes e os recursos naturais disponíveis. O ecossistema predominante correspondia às *várzeas* do Amazonas, habitadas por ribeirinhos adaptados à dinâmica de subida e descida do rio.

Considerando os inúmeros micro-ambientes de grande diversidade biológica nas *várzeas* do Amazonas – o dinamismo morfológico dessa região modifica continuamente a área. Os sedimentos depositados acima das margens formam áreas de terras altas, as restingas. Atrás das restingas formam-se lagos de todos os tamanhos, igarapés, campos etc, diversidade que coloca em destaque a expectativa de se encontrar a interessante complexidade das relações daquela população com a natureza.

O uso dos recursos naturais, coordenado pela abundância, ocorria entre o rio, o igapó, o igarapé, os lagos e uso do solo para agricultura, disponíveis segundo as delimitações de “tempos” impostas pela sazonalidade, pelas necessidades específicas das famílias, bem como pela capacidade que elas possuíam em gerir essas disposições.

Os atores desta pesquisa eram camponeses que articulavam com maestria seus interesses aos recursos disponíveis. A condição de agente os permitia que interferissem e se ajustassem às condições ambientais; e quando

as limitações inviabilizaram a ponto de deixar para traz o que já haviam construído, não pouparam investimentos para recomeçar a vida em outro lugar, melhor dito, em outro meio ambiente, que deles exige outras tantas reações e construções específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. S; AMARAL, D. D; SILVA, A. S. L. Análise florística e estrutura de florestas de Várzea no estuário amazônico. **Acta Amazonica**, v. 34, n. 4, p.513-524, 2005.

ADAMS, C; MURIETA, R. S. S; SANCHES, R. A. Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das várzeas do Amazonas: novas perspectivas. **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 1 p. 1-7, 2005.

CARVALHO, J. A. L; CUNHA, S. B. Terras caídas e consequências sociais na costa do Miracauera, município de Itacoatiara, Amazonas, Brasil. **Revista Geográfica da América Central**. Número especial EGAL, p. 1-16, 2011.

DOLORES, A. Alerta, vargeiros! **O Jornal de Santarém**, Santarém, ano 27, n. 1277, 18 fev. 1967.

DER PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FRAXE, T. J. P; PEREIRA, H. S; WITKOSKI, A. C (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

LUI, G. H. **Ocupação humana e transformação da paisagem na Amazônia brasileira**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade de São Paulo, Piracicaba.

GAMA, M.A.P. **Dinâmica do Solo Submetido a Sistemas de Preparo Alternativos ao de Corte e Queima no Nordeste Paraense**. 2002. 96 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade de São Paulo, Piracicaba.

INCRA. **Projeto Básico de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Agroextrativista Urucurituba**, Santarém, 2010.

LIMA, D. (Org) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

McGRATH, D. G. Varzeiros, geleiros e o manejo dos recursos naturais na várzea do baixo Amazonas. **Papers do NAEA**, n. 4, 1991.

McGRATH, D. G; GAMA, A. S. P. A situação fundiária da várzea do rio Amazonas e experimentos de regularização fundiária nos estados do Pará e do Amazonas. In: **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Edições Ibama/Provarzea, 2005, p. 35-54.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

PEDROSO JUNIOR, N. N. **No Caminho dos Antigos: Agricultura de Corte e Queima e Intensificação Agrícola em Populações Quilombolas do Vale do Ribeira, SP**. 2008. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, M. S; WITKOSKI, A. C. Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 273-290, 2012.

PINEDO-VASQUEZ, M; PADOCH, C; SEARS, R.R; BRONDIZIO, E. S; DEADMAN, P. Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, n. 2, p. 43-56, 2008.

PINTO, L. F. **Memória de Santarém**. Santarém: Editora o Estado do Tapajós, 2010.

SARACENO, C. **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SILVEIRA, F. L. A. A paisagem como fenômeno complexo, reflexão sobre um tema interdisciplinar. In: **Paisagem e cultura**: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: EDUFPA, 2009. p. 71-83.

SIGAUD, Ly; COSTA, A. L. M; DAOU, A. M. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS/ Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1987.

SURGIK, A. C. S. Estudo jurídico para a várzea amazônica. In: **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Edições Ibama/Provarzea, 2005. p. 15-32.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** 8. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

CAPÍTULO 2

PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE SANTA MARIA¹³

Safira Canto Pinto

¹³ Capítulo escrito de acordo com as normas da Revista Antropolítica. Após conclusão deverá ser submetido.

PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE SANTA MARIA

Safira Canto Pinto¹⁴

RESUMO

Neste texto exponho alguns dos resultados alcançados pela análise do uso dos recursos naturais por moradores da comunidade Santa Maria. Abordei o tema a partir da rememoração de fatos da vida do grupo e das visões sobre o ambiente no início do processo de ocupação, bem como das narrativas sobre as atuais práticas de uso dos recursos disponíveis. As fontes utilizadas para o estudo são oriundas de coleta de dados a partir de entrevistas e observação em trabalho de campo, que se concentraram nos meses de abril e maio de 2013 e retorno para descrição espacial dos lotes no mês de agosto do mesmo ano. O uso que fazem dos recursos da natureza não parece ter sofrido mudanças significativas ao longo do tempo. Tanto os ambientes quanto os recursos disponíveis continuam sendo manejados e explorados. O que de fato tem mudado é a pressão sobre eles.

Palavras-chave: Adaptação, terra firme, temporalidade.

OCCUPATION PROCESSES AND SOCIAL ORGANIZATION OF THE COMMUNITY OF SANTA MARIA

Safira Canto Pinto

ABSTRACT

In this paper i expose some of the results achieved by the analysis of natural resource used by residents of the community of Santa Maria. I approached the subject from the recollection of facts of group life and views about the environment at the beginning of the occupation process, as well as narratives about the current practices of available resources use. The sources used for the study are from data collection through interviews and observation in fieldwork, concentrated in the months of April and May of 2013 and return to spatial description of the plots in August of the same year. The use that they do of the resources of nature do not seem to have undergone significant changes over time. Both environments and available resources continue to be managed and explored. What really has changed is the pressure on them.

Keywords: Adaptation, dry land, temporality.

INTRODUÇÃO

Neste texto exponho alguns dos resultados alcançados pela análise do uso dos recursos naturais por moradores da comunidade Santa Maria. Abordei o tema a partir da rememoração de fatos da vida do grupo e das visões sobre o ambiente no início do processo de ocupação, bem como das narrativas sobre as atuais práticas de uso dos recursos disponíveis.

¹⁴ Universidade Federal do Oeste do Pará. Mestranda em Ciências Ambientais.

As fontes utilizadas para o estudo são oriundas de coleta de dados mediante entrevistas e observação em trabalho de campo, que se concentraram nos meses de abril e maio de 2013 e do retorno ao contato com interlocutores para descrição espacial dos lotes, no mês de agosto do mesmo ano. Também foram analisados textos de estudiosos da temática camponesa e das relações homem/natureza na Amazônia.

A comunidade Santa Maria está situada no município de Santarém, à margem esquerda da rodovia Fernando Guilhon. É uma das 17 comunidades de uma área conhecida, há algumas décadas, como Eixo Forte. Em 2005 a área passou a assentamento de reforma agrária, com a criação do Projeto Agroextrativista Eixo Forte (PAE Eixo-Forte). Ela é composta por 45 famílias que se dedicam a diversas e combinadas atividades econômicas: trabalhadores da construção civil, funcionários públicos, funcionários de empresas privadas, autônomos em geral e camponeses.

O Eixo Forte é uma área localizada na região entre Santarém e a Vila de Alter do Chão na margem direita do Rio Tapajós. A precipitação anual média na região é de 1.950 mm e a temperatura média é de 27,5 °C. A área é constituída, principalmente, por uma savana¹⁵ que se caracteriza por um estrato inferior essencialmente herbáceo de altura e densidade variáveis, um estrato arbustivo de 60-80 cm de altura e um estrato arbóreo que pode atingir até 10 metros de altura. (MAGNUSSON *et al.*, 2008).

A primeira ocupação humana conhecida em Santa Maria teve início na década de 1950, por uma família da várzea do Amazonas, comunidade Ponta dos Periquitos. O deslocamento se orientou por estratégias de melhor enfrentamento dos efeitos da sazonalidade, ao utilizarem a área de Santa Maria de forma complementar ao uso que faziam na várzea, principalmente pelo deslocamento do gado no período da cheia.

A partir da década de 1970, começaram a chegar outras famílias, também de comunidades de várzea, estratégias de recomeço, pautavam-se por percepções de que os projetos de vida deles haviam sido inviabilizados por constrangimentos ambientais (enchentes¹⁶ e terras caídas¹⁷) cujos impactos desistiram de geri-los. Na condição de agentes produtores procuravam articular interesses próprios aos recursos naturais

¹⁵ O Projeto Radam Brasil (1974) utiliza o termo geral “savana” como equivalente de “cerrado” com duas faces dominantes “savana arbórea densa” (cerradão) e “savana parque”.

¹⁶ As enchentes na Amazônia são um fenômeno próprio da sazonalidade, marcada pela subida e descida do volume de água dos rios, que regulam os ciclos de vida da biota local (FRAXE *et al.*, 2007).

¹⁷ Terras caídas é terminologia utilizada pelas populações locais da Amazônia brasileira para designar as quedas de barrancos nas margens do rio Amazonas e nos seus afluentes de água branca. (CARVALHO e CUNHA, 2011).

disponíveis, apesar de todos os limites e constrangimentos. Quando as limitações se acentuaram, a estratégia foi o deslocamento para que se mantivessem enquanto camponeses. A orientação principal era manter-se na posição até então conquistada.

As perdas consistentes dos estilos de vida construídos nos locais de origem foram significativas. No entanto, sobrepujou-se a capacidade de conceber novas formas de lidar com a vida sob condições relativamente desconhecidas. Confirmaram assim, tal como defende Der Ploeg (2008) a condição camponesa¹⁸, condição ativa que os faz reagir diante de fatores limitantes e de novas oportunidades de fazer agricultura no local hoje reconhecido como Santa Maria.

Importantes investimentos foram empregados na adaptação, embora boa parte das atividades agrícolas praticadas na várzea se mantivessem. O que de fato mudou foram os aspectos influenciados por novas condições ambientais, refletidas na intensidade e na modalidade com que usam determinados recursos, isto é, segundo estilos de vida reconstruídos nesse contexto migratório.

PERCURSOS MIGRATÓRIOS: VÁRZEA, TERRA FIRME.

A ocupação no que é hoje a comunidade Santa Maria, se deu por famílias que vinham de experiências de vida em comunidades de terra firme, mas principalmente em comunidades da várzea¹⁹ do Amazonas. O uso que faziam dos recursos naqueles ambientes se ajustava às condições apresentadas. Para os migrantes de várzea, uma vida regulada pela subida e descida do rio que, para além das interferências nas práticas agrícolas, intervinha até mesmo na maneira como socialmente se organizavam.

Fatores ambientais que possibilitavam um modo diferenciado de usar os recursos disponíveis, também foram os principais motivadores da saída das famílias daqueles

¹⁸ Der Ploeg (2008) a fim de elaborar uma proposta para definição do termo, diz que a “condição camponesa” deve ser entendida dentro do contexto dos dias atuais, e ao mesmo tempo reconhecer a condição de agente como característica central. Para uma compreensão é bom que se considere alguns aspectos, como: a luta por autonomia; um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações; criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto controlada e auto gerenciada; formas de produção entre homem e natureza viva; interação com o mercado; sobrevivência e perspectiva de futuro que se realimentam na base de recursos e a fortaleçam melhorando o processo de co-produção e autonomia; pode haver fortalecimento da base de recursos própria de atividades não agrícolas; e padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

¹⁹ Surgik (2005), que define a várzea como áreas periodicamente inundáveis por ciclos anuais regulares de rios de água branca, ricos em sedimentos. Os solos ficam submersos quase a metade do ano, são altamente nutritivos e constantemente renovados pelas deposições anuais de sedimentos no período da cheia.

espaços de vida construídos na várzea. Para os migrantes de terra firme, uma vida regulada pela sazonalidade período chuvoso e período menos chuvoso.

As mobilidades desses grupos ocorreram nas décadas de 1970 e 1980. Os primeiros a chegarem em Santa Maria em 1975, eram da comunidade São Ciríaco do Urucurituba: um grupo de quatro famílias com relações de parentesco e que se organizaram, naquele ano, para, juntos, deixar para trás o que as pequenas canoas não eram capazes de comportar. Levaram para Santa Maria o que estava para além de bens materiais: expectativas de melhores condições de reprodução da condição camponesa e reprodução social. Saíram crianças, adultos, pessoas idosas e mulheres. Os homens se anteciparam por alguns meses para construção das moradias provisórias e plantio de variedades importantes para o autoconsumo.

FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE SANTA MARIA.

A ocupação da área iniciou antes da chegada do grupo de São Ciríaco. Duas famílias já viviam no local, a família da sra. Maria da Paz e a família de seu Izidio. No entanto, como comunidade constituiu-se a partir de 1975. As famílias traziam experiências de vida organizadas por princípios constitutivos das idéias sobre padrões de sociabilidade construídos em São Ciríaco e reestruturados no contexto de Santa Maria.

Canoas à vela e a remo: esse foi o transporte utilizado para chegar à Santa Maria. Uma viagem pelas águas do rio Amazonas, por onde tantas vezes já haviam percorrido. No entanto, a de 1975 foi a derradeira, marco da resposta às pressões ambientais às quais sentiram-se obrigados a reagir. O caminho até Santa Maria, para alguns, já havia sido realizado em outras ocasiões, mas inédito era o contexto na qual a última viagem estava inserida. Seguiram pelo rio Amazonas em direção à cidade de Santarém (Figura 8), passaram pelo encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós e por este seguiram pela margem direita, atravessaram o lago do Juá, continuando o caminho pelo *Igarapé Grande*²⁰ por onde tiveram acesso a Santa Maria.

²⁰ Igarapé que passa pela comunidade. É chamado assim por ser extenso e caudaloso.

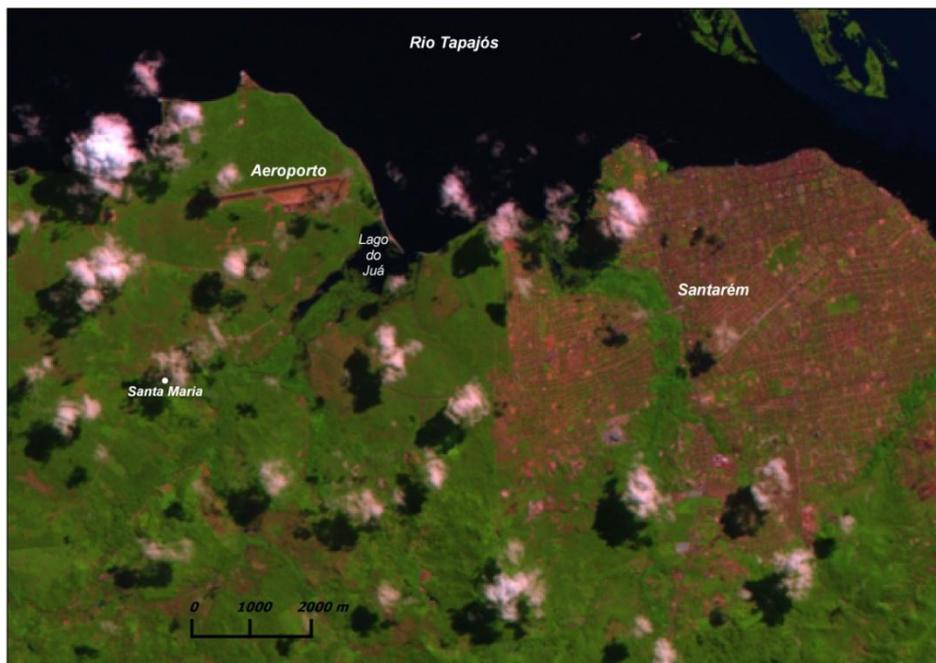


Figura 8. Localização da comunidade em relação a algumas referências importantes. Fonte: Imagem LANDSAT, cena 227.062 de 2005.

Ao chegar, o que encontraram foi um espaço pouco antropizado: algumas pessoas, pequenas clareiras e alguns roçados. Era *só mato*, como recordam os que chegaram naquele contexto, para assim afirmar que grande parte da vegetação ainda era primária.

Todavia, interpretar a expressão *só mato* como vegetação primária parece reduzir a maneira pela qual aquelas pessoas representam o ambiente. A expressão também denota a ação do homem no espaço em que vive, a importância de sua atuação sobre o ambiente, revelando ao mesmo tempo, que a ausência dos efeitos dessa presença no ambiente natural se caracteriza como uma escassez: *não tinha nada, era só mato*.

Diegues (2000) apresenta um conjunto de estudos sobre diversidade biológica nas florestas tropicais. As diversidades estão intimamente relacionadas à atuação do homem, através da introdução de espécies exóticas, criação de novos *habitats* e manipulação por populações locais durante milhares de anos. A regeneração das florestas tropicais, em parte, é consequência da atividade dos homens primevos, como o uso que faziam de pequenas áreas para agricultura itinerante. A atividade humana – por meio da cultura, expressa pelos saberes tradicionais – contribuiu decisivamente para construção e manutenção da biodiversidade nos ecossistemas, lembrando que, provavelmente, as florestas atuais são patamares de estágios de sucessão ecológica.

As famílias de São Ciríaco eram dotadas de experiências vivida em comunidade. Neves (2009) em análise de processos de constituição política de ribeirinhos, habitantes de várzea no estado do Amazonas, relata que a construção da categoria é parte de

investimentos de agentes sociais ²¹pela hegemonia de formas de integração daqueles produtores. No contexto estudado por Neves, tal como o configurado em Santa Maria, o papel institucional mais importante foi desempenhado pela Igreja Católica, tratando-se de ajuste mediado pela afiliação religiosa, fundada num modo de vida.

Quanto ao termo comunidade, Neves (2009) assinala sua complexidade, pela qual devem ser considerados os aspectos territoriais, político-administrativos e o modelo de pertencimento.

Os significados atribuídos ao termo comunidade tornam-se impositivos ao entendimento das relações sociais em que estão integrados. Porém, a complexidade aumenta porque o termo adquire múltiplos significados. Ora é amplamente inclusivo e se define pela mínima unidade territorial ou localidade; ora é unidade político-administrativa porque sede de prestação de serviços públicos e comunais (escola, capela, campo de futebol, motor de luz, casa comunitária, sede da associação de produtores). Nessa perspectiva, “comunidade” é a base para a formulação de demanda de um espaço público legitimado para os investimentos dos serviços municipais. Além disso, o termo “comunidade” designa um grupo de lealdades primordiais, preferentemente com reconhecimento oficial, pelo registro da fundação de uma associação em cartório: equivale então à unidade associativa, base de gestão de ações políticas. Mas o mesmo termo ressalta o modelo idealizado de pertencimentos, pela adesão participativa às práticas e aos objetivos da vida construída em comum. Nesse sentido, é altamente excludente, colocando na liminaridade os que vacilam e, na exterioridade, os que se contrapõem às regras assumidas pelo grupo (Neves, 2009 p. 69-70).

Até a “fundação” da comunidade, o local era conhecido com Igarapé Açu, graças ao igarapé que corre naquela região: *Igarapé Grande*. O nome do igarapé dava nome ao espaço e substancialidade ao principal acesso ao território instituído pela comunidade. Outra referencia importante era a *serra de Santa Maria*, tanto que posteriormente daria nome à comunidade.

A *serra de Santa Maria* é o principal limite que eles estabeleceram para as terras ocupadas. Os fundos dos lotes extremam com o início da elevação, área com algumas nascentes de pequenos igarapés, que iniciam e terminam na própria comunidade, e alguns trechos permanentemente alagados. Apenas ocasionalmente utilizam-se os solos desse *habitat* para agricultura. De maneira geral, desde os primeiros anos da ocupação a população evitou derrubadas da vegetação, principalmente próximo às áreas alagadas e nascentes. As representações desse ambiente são construídas por referência à idéia de conservação, devido à vulnerabilidade, facilmente perturbado e dificilmente recuperado. Um morador revela que os motivos pelos quais optou pela conservação, considerando

²¹ Representantes da Igreja Católica e concorrentes afiliados às igrejas evangélicas; representantes do poder político-administrativo estatal; intermediários da circulação do capital mercantil; porta-vozes dos projetos políticos preservacionista; agentes de representação política delegada, para efeitos de defesa de interesses corporativos de categorias socioeconômicas.

os aspectos mencionados, foi o reconhecimento das limitações que assume diante daquilo que desconhece, quando a intervenção humana de atos inconsequentes poderia ter efeitos deletérios:

Uma serra como essa, se eu quisesse derrubar, eu derrubava. Explorava da maneira como eu quisesse. Ninguém sabe o que tem embaixo dessa serra. Pode ter um olho d'água muito grande. De repente derrama e lá vem o aguaceiro pra cá. (Adalziro, 54 anos, 2013)



Figura 9. Igarapé às proximidades da serra. Fonte: Safira Canto, 2013.

Antes da ocupação iniciada pelo grupo de São Ciríaco, o local estava situado pelos limites estabelecidos do que consideravam comunidade São Braz. A sub-divisão ocorreu mediante questões religiosas, que incentivaram a criação de uma nova comunidade, com serviços específicos oferecidos na própria localidade, a fim de poupar os fieis de longas viagens ao centro urbano de Santarém e/ou São Braz. O serviço religioso que teve influencia na organização daqueles grupos familiares foi a missa, evento no qual realizaram-se batismos e casamentos, presididos por Padre Ricardo. Ao tomar conhecimento da existência de famílias naquele local, o padre tratou de estabelecer laços e mediar a organização, valorizando interesses já compartilhados. A missa celebrou o nome da comunidade, a partir da qual se iniciou um processo de construção de identidade local diferenciada – em relação a São Braz – pela marcação do nome do padroeiro, que, como dito, antes mesmo da fundação, “Santa Maria” já era o nome da *serra*.

OS GRUPOS DOMÉSTICOS QUE OCUPARAM SANTA MARIA.

O heredograma (Figura 10) representa parte do grupo que saiu de São Ciríaco, a primeira geração é representada pelos chefes das famílias, a segunda pelos filhos da primeira geração, todos acompanharam os pais, alguns na infância ou já adultos, mas nenhum havia constituído família. A terceira geração são aqueles que nasceram em Santa Maria.

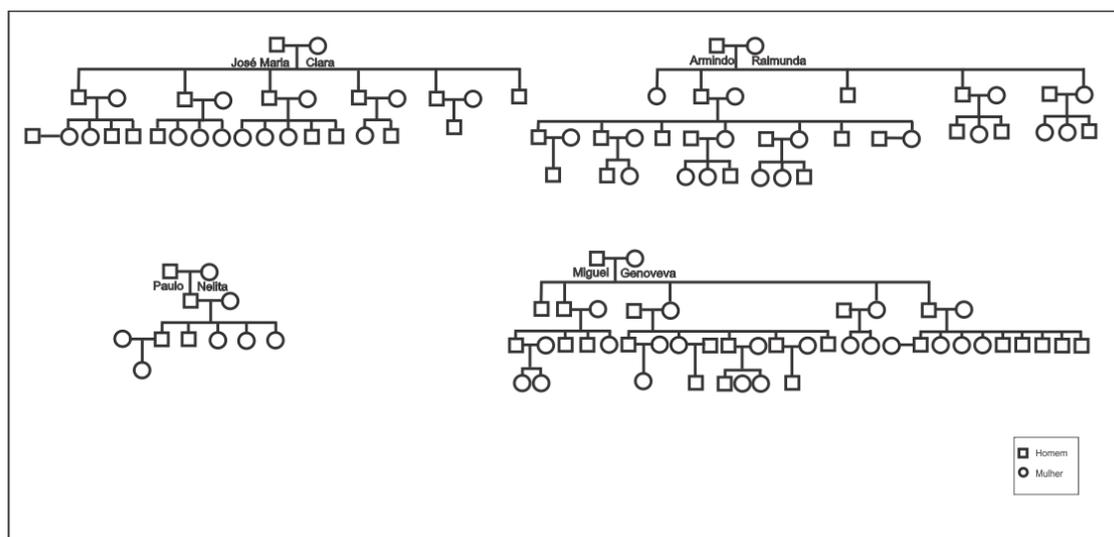


Figura 10. Gerações das famílias de São Ciríaco.

O arranjo dos grupos domésticos²² se dava mediante a fase do ciclo de desenvolvimento do grupo ao qual eles estavam passando, como assinalou Fortes (1974) de que há um ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos dividido em basicamente três fases. A primeira fase seria a fase de expansão, que vai desde o casamento de duas pessoas até à completa formação de sua família de procriação. Em segundo lugar vem a fase da dispersão, que começa com o casamento dos filhos. E a fase de substituição, que culmina com a morte dos pais e a reposição, na estrutura social, da família de seus filhos.

Nos grupos domésticos vindos de São Ciríaco, grande parte da primeira fase lá se desenrolou, terminando em Santa Maria. Nessa fase é possível notar a atuação do chefe da casa, sobre os filhos, a esposa e as tomadas de decisão sobre estratégias construídas frente às situações que inviabilizavam a manutenção das práticas costumeiras e de estilo de vida camponês, resultando na saída de Urucurituba. A segunda fase teve início em Santa Maria, a partir do casamento dos filhos.

²² O grupo doméstico é essencialmente uma unidade que possui e mantém a casa e está organizada para prover os recursos materiais e culturais necessários para sustentar e criar seus membros. (FORTES, 1974)

Com os casamentos dos indivíduos da segunda geração (Figura 10), foram trazidas para a comunidade pessoas de outros lugares, experiências e estilos de vida, propiciando trocas incorporadas ao contexto social de vida comunitária em Santa Maria. Os moradores costumam dizer: *fomos buscar as mulheres de São Braz*, pois muitos casamentos dos filhos foram alcançados com mulheres desse povoado. Em outros casos, casaram-se com pessoas de comunidades vizinhas, com outros moradores de Santa Maria, da cidade de Santarém, e até mesmo de São Ciríaco. De maneira geral, não houve muitas dispersões de cônjuges para outras comunidades: tanto mulheres quanto homens deixaram a casa do pai para residir em Santa Maria, com esposo ou esposa.

Considerando o que diz Fortes (1974), o casamento leva a uma cisão real ou incipiente de uma ou ambas as famílias dos cônjuges. Uma cisão é sempre traduzida em termos de representação espacial. No caso que analiso, um número representativo dos filhos continuam residindo em Santa Maria. A mobilidade física, e consequentemente o afastamento da família, ocorreu na segunda geração, ocorreu tanto pelo lado dos esposos como das esposas de seus filhos.

Os arranjos residenciais foram coordenados pelos pais²³. Em geral, a aquisição de parte do lote ocorria mediante casamento, desde que o projeto do casal fosse de residir no local. O filho, quando se casava, recebia autorização para construir sua casa e cultivar em torno dela. No caso de Sr. Miguel, ainda em vida, ele subdividiu todo o lote, sendo que cada filho recebera o mesmo tamanho, independente de residir ou não na comunidade.

SANTA MARIA NA ATUALIDADE

Atualmente, da primeira geração (figura10) do grupo de São Ciríaco, apenas um casal ainda vive e reside na comunidade. Da geração dos filhos, são raros os que migraram, se não fossem duas pessoas, uma para a cidade de Manaus e outra vivendo em Santarém. A estabilidade se mantém na terceira geração. De um total de 54 indivíduos, apenas 14 não vivem em Santa Maria. As principais motivações para saída são as alianças ou separações em situação de casamento, demanda de serviços e estudo.

²³ Cada família adquiriu (pela compra de terras do sr. Izidio, um morador que vivia no referido lote, cedido pela família da sra. Maria da Paz. Após a venda o sr. Izidio se mudou com toda a família para a cidade de Santarém) um lote de 100 m de frente por 800 m de fundo, 8 hectares, lado a lado. Essa disposição foi fundamental no início da adaptação, viabilizava a cooperação nos trabalhos da produção agrícola, na partilha de alguns recursos como carnes de caça, peixe etc.

Na quarta geração, as distribuições estão mais equilibradas, quase metade permanece em Santa Maria, e a outra metade em Manaus e Santarém.

A comunidade é constituída por 45 famílias. Ao estudo aqui apresentado, abarco o entendimento mediante entrevista e observação com 30 famílias que abarcam 220 pessoas. Do total de filhos destas famílias, 80 indivíduos vivem na comunidade e 42 residem em Santarém, Manaus, outras cidades do estado do Pará e comunidades vizinhas. As principais motivações para saída dessas pessoas continuou sendo a demanda de serviços e o padrão de residência do casal pela regra virilocal.

A permanência na comunidade gera pressão sobre a terra. Os padrões de residência recomendam a construção de moradias no lote dos pais, lotes pequenos de até 8 hectares. A pressão por espaço é bem maior para edificar moradia para filhos e netos que estão permanecendo no local; do que sobre os recursos naturais propriamente ditos. Afinal grande parte das famílias não vive mais da produção agrícola, do extrativismo etc. Do total de 30 famílias tomadas em conta pela análise, apenas 8 tem na agricultura sua principal fonte de subsistência. Santa Maria torna-se, a cada dia, um lugar exclusivamente de moradia.

Para Lambin *et al.* (2001), os processos de diversificação dos modos de subsistência e, conseqüentemente, a disponibilidade de novas fontes de rendimento, conduzem parte das mudanças de uso dos recursos naturais. Perz (2003) e Steward (2007) afirmam que, quando há mudanças das fontes de renda, ocorrem mudanças importantes quanto ao uso dos recursos.

Em Santa Maria, o atual contexto se exprime como ambiente bem mais diversificado do que o daquela realidade do início de sua ocupação. Entre as grandes novidades, a diversidade de atividades econômicas não agrícolas realizadas pelos moradores, talvez seja uma das mais significativas para compreender o uso dos recursos naturais e suas eventuais mudanças ao longo do tempo. A comunidade ainda é classificada como rural. No entanto está altamente articulada com o universo urbano, especialmente pelos vínculos ocupacionais: trabalhadores da construção civil, funcionários públicos, funcionários de empresas privadas, autônomos em geral.

A organização da comunidade ainda se fundamenta na articulação de formas de sociabilidade referenciadas pela Igreja, pela associação de moradores e pelo clube de futebol. A Igreja católica sempre foi a principal instituição envolvida na organização social. Eram em reuniões e celebrações que muitas decisões eram tomadas, tanto que os

próprios líderes do segmento religioso geralmente participavam da liderança da presidência da comunidade²⁴. O calendário dos eventos mais importantes, inclusive do clube de futebol, respeita o calendário da festa da padroeira.

As relações da população com o ambiente natural na comunidade se construíram ao longo do tempo, em processo que dependeu da capacidade de adaptar-se às novas realidades, principalmente aos fatores ambientais diferentes daqueles que já estavam habituados na várzea. No entanto, as formas de uso dos recursos naturais em Santa Maria não parecem ter sofrido mudanças significativas ao longo do tempo. Tanto os ambientes quanto os recursos disponíveis continuam sendo manejados e explorados. O que de fato tem mudado é a pressão sobre eles. Alguns recursos e serviços externos como assistencialismo, aposentadorias, e, mais recentemente, a implantação do PAE Eixo Forte, têm influência sobre a intensidade com a qual a população se apropria dos recursos naturais.

A adaptação em Santa Maria não enfrentou grandes obstáculos, pois os moradores ajustaram as práticas já realizadas nos ambientes de várzea ao contexto local, como a pesca, o extrativismo vegetal e a agricultura de subsistência. As principais novidades giravam em torno dos fatores ambientais, principalmente aqueles relacionados à precipitação, que exigiam outras tantas reações e construções específicas. Em outras palavras, a sazonalidade que na várzea dava ritmo à vida das pessoas, em Santa Maria é “substituída” pelos efeitos da temporalidade regulados pela precipitação anual, ou seja, as temporalidades diversas dos produtos explorados, tanto no extrativismo vegetal como na agricultura.

Outra importante característica das práticas econômicas em Santa Maria é o maior investimento na agricultura (agricultura itinerante, principalmente de roçados de mandioca) e secundariamente a pesca. Aspecto também avaliado por Morán, pois populações de terra firme da Amazônia praticam uma agricultura itinerante, com presença dominante da mandioca, graças à capacidade de produzir abundâncias de calorias em solos pobres e ácidos, como são a maioria dos solos da região.

A organização familiar em Santa Maria tem sofrido mudanças significativas ao longo dos anos. De unidades produtivas de rendimentos mercantis passaram a unidades

²⁴ A Associação Comunitária de Santa Maria (AC SMA) foi fundada a partir de determinações do INCRA, para a inclusão da comunidade ao PAE Eixo Forte. Antes disso a organização era estruturada pela “coordenação da comunidade”, representada pelo “presidente da comunidade”.

de rendimentos assalariados, diferenças balizadas por Saraceno (1997). Reconhecendo a mudança quando elas passam a se reproduzir por confluências de rendimentos de fontes diversas. Até alguns anos, a organização familiar se dava em torno de uma economia que servia para suprir as necessidades da família. Apesar do diferente contexto atual, subsistem famílias que mantêm alguns aspectos da antiga economia familiar, característicos de grupos camponeses. No entanto, a análise não se limita aos que têm na atividade agrícola e extrativa as principais fontes de subsistência. De maneira geral, avalio o uso dos recursos naturais em Santa Maria pelos diferentes segmentos sociais.

DIFERENCIADOS AMBIENTES E DIVERSIDADE DE APROPRIAÇÕES DE RECURSOS.

O uso dos recursos naturais em Santa Maria é “organizado” pela apropriação em diferentes espaços, segundo a necessidade e interesse de cada indivíduo e (ou) sua família. A dinâmica de apropriação em micro-ambientes se fundamenta no uso que fazem dos recursos nos locais de moradia (espaços nos quais são cultivadas e manejadas espécies para o autoconsumo), no *Igarapé Grande*, nas áreas encharcadas e alagadas, na *mata* e no lago do Juá.

Os locais de moradia estão estabelecidos próximos às margens das duas estradas existentes na comunidade. Em geral, as casas são construídas em alvenaria, telha brasilite, piso de cerâmica. As *puxadas*, muito freqüentes, são extensões das casas, úteis por serem um espaço onde o ar circula livremente, onde o fogão a lenha e o giral (para *cuidar do peixe e depenar a galinha*) são instalados. Recentemente, com a criação do assentamento, algumas famílias receberam o crédito para aquisição de material e construção²⁵ de uma casa em alvenaria, com janelas e portas pequenas, sem puxadas, com pouco ventilação. As famílias mantiveram as casas por eles construídas, nas quais passam a maior parte do dia.

Em torno das moradias são distribuídas algumas edificações importantes, como casa de farinha e galinheiro. A palha e os cipós utilizados para cobertura são retirados da vegetação existente na própria comunidade. Devido ao tempo e ao desgaste, regularmente devem ser substituídos por novos. A madeira é adquirida no comércio na

²⁵ Destina-se à aquisição de materiais necessários à construção das habitações rurais nos assentamentos, inclusive banheiro e fossa, bem como ao pagamento de mão-de-obra e serviço técnico específico para a qualificação das habitações (INCRA, 2011)

cidade de Santarém – assim como a maior parte da madeira utilizada para outras edificações.

Além das edificações no entorno da casa, existem os canteiros, pequenas roças de macaxeira, mandioca, frutíferas e medicinais, espécies florestais, um pequeno jardim – nos vasos improvisados de lata ou plástico, em cima de girais ou no solo –, animais domésticos (galinhas, gatos e cachorros). Há, por conseguinte, uma combinação entre espécies arbóreas com cultivos agrícolas, perenes com espécies temporárias. O que se produz nesse ambiente é orientado basicamente para o autoconsumo. Gazel Filho (2008), ao considerar literatura específica, identifica esse tipo de contexto como um subsistema dos Sistemas Agroflorestais²⁶: os quintais agroflorestais. Os quintais são sistemas de manejo sustentável de árvores e arbustos em associações com cultivos e ocasionalmente com animais. Tudo isso ocorre em torno das moradias e é manejado por membros da família.

Mendez (1996, p.36) apresenta a seguinte definição de quintal agroflorestal, adaptada de Fernandes & Nair (1986):

Os quintais agroflorestais são sistemas de uso da terra nos quais há um manejo deliberado de árvores de uso múltiplo e arbustos em associações íntimas com cultivos e plantas herbáceas, ocasionalmente com animais, tudo incluído no composto residencial e manejado principalmente por mão-de-obra familiar.



Figura 11. Casa e quintal. Fonte: Safira Canto, 2013.

²⁶ Sistemas Agroflorestais são combinações de culturas (anuais, semiperenes e perenes) com estrutura vertical e horizontal que procuram reproduzir uma floresta nativa (RODRIGUES, 1996).

Nome Popular	Nome científico
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.
Bacaba	<i>Oenocarpus</i> sp.
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.
Castanha do Pará	<i>Bertholletia excelsa</i> Humb. & Bonpl.
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. Ex Spreng.) Schum
Curauá	<i>Ananas erectifolius</i>
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck
Limão	<i>Citrus limon</i> (Linn.) Burn
Macaxeira	<i>Manihot utilíssima</i>
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>
Manga	<i>Mangifera indica</i> L.
Muruci	<i>Byrsonima</i> sp.
Pajurá	<i>Couepia bracteosa</i>

Tabela 1: Principais espécies vegetais manejadas e cultivadas no entorno das moradias (quintais agroflorestais) em Santa Maria.

As áreas encharcadas e alagadas e os igarapés no entorno da serra, são os ambientes mais bem conservados pela população local. Desde o início de sua ocupação, o manejo sempre foi uma prática frequente, e acima de tudo sustentável. O principal produto disponível nesses ambientes é o fruto do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.).

Outro ambiente onde se realiza a exploração do açaí é a mata ciliar do *Igarapé Grande*. Dos produtores pesquisados, apenas um têm o igarapé passando em seu lote. Apesar disso, o acesso pelos demais produtores não é restrito, afinal essas áreas são reconhecidas na comunidade como locais de uso comum.

O Tempo do Açaí

O extrativismo do açaí sempre foi uma prática comum na comunidade. Desde os primeiros anos de ocupação, a população maneja as áreas naturais e estabelece cultivos em torno das moradias. No início, a produção era direcionada para o autoconsumo, mas não tardou para que os investimentos fossem também direcionados ao mercado. Até a construção da rodovia Fernando Guilhon, na década de 1980, e abertura do ramal, todo o açaí e produção agrícola eram transportadas pelo *Igarapé Grande*.

As áreas onde existem açaí natural são manejadas, visando aumento da produção mediante alguns procedimentos como desbaste²⁷, raleamento²⁸ e enriquecimento²⁹. Segundo Nogueira (2006), o desbaste aumenta significativamente a produtividade de

²⁷ Desbaste é o procedimento de retirada de estipes de açazeiro excedentes das touceiras.

²⁸ Procedimento no qual são eliminadas espécies de menor valor econômico.

²⁹ Plantio de espécies de valor econômico, que pode ser o próprio açazeiro ou outra espécie.

frutos por estipe, uma vez que este tratamento concentra a produção de frutos em um número menor de estipes, facilitando, assim, a colheita. Muller (2006) relatam que a maior produtividade (após o desbaste) resulta do crescimento das plantas em diâmetro, o que possibilita maior longevidade e maior produção de frutos.

Os espaços livres deixados pelo raleamento são ocupados com o plantio de mudas de açazeiro, propiciando o enriquecimento pela inclusão dessa espécie e/ou de outras espécies de valor econômico. O raleamento e enriquecimento são avaliados por Nogueira (2006) como procedimentos sustentáveis, uma exploração racional, a fim de conservar o ambiente natural e potencializar a produção.

O açaí sempre esteve presente na dieta alimentar e na economia daquela população, mas apenas há alguns anos as expectativas mercantis dos produtores têm aumentado, tal como percebidos nos relatos dos entrevistados e nos investimentos em cultivos em torno das moradias e em áreas naturais. Acredita-se que esses posicionamentos locais são resultados da crescente demanda do produto em mercados externos. Ribeiro *et al.* (2006) assinalam que o açaí, com o passar dos anos, foi conquistando gradativamente novas fronteiras de mercado, outras regiões do país e mercado internacional.

Se na várzea a pesca é uma atividade exclusivamente masculina, em Santa Maria o *subir* no açazeiro foi estruturado como papel dos homens. A divisão de trabalho na atividade do açaí é sexual. É tarefa atribuída aos homens adultos e meninos. Os meninos possuem a “arte” de subir no açazeiro. Talvez realizem melhor que os adultos, pois são leves e ágeis. No entanto, as mulheres não estão excluídas do processo de produção, participam das etapas de lavagem e debulha. *Bater o açaí* volta a ser um “espaço” exclusivo dos homens, assim como a comercialização do produto final.

A divisão sexual do trabalho analisada no processo de produção do açaí se estende às demais atividades, como aquela que acontece nos roçados, nas quais, ao homem é atribuído o trabalho de derrubada e queima da vegetação. Quanto à dinâmica de gestão do extrativismo do açaí e a agricultura, a organização entre homens e mulheres se estrutura em ajustes do tempo disponível para realização das atividades de produção agrícola. As mulheres permanecem nos trabalhos do roçado como de costume, e os homens dedicam a manhã à coleta do açaí, retornando à tarde aos serviços rotineiros.

Homma (2006) reforça o que foi observado em Santa Maria acerca da divisão de trabalho: a ocupação com o açaí é uma função basicamente masculina. Para lopes

(2006) o fato de a ocupação com açaí, principalmente o *subir* no açazeiro, ser uma atividade basicamente masculina fundamenta-se em noções de sexo, a mulher, por outro lado deve se ater às atividades domésticas e à criação de pequenos animais, dentre outras atividades.

Subir no estipe requer habilidade e experiência e, sem dúvida, uma boa peconha. A peconha é o instrumento que pode ser confeccionado com sacos, cipós, ou folhas verdes trançadas. Colocadas nos pés, ela facilita a escalação, ao manter as pernas presas ao estipe (HOMMA *et al.*, 2006). Em Santa Maria, as peconhas são confeccionadas com sacos.

Existe uma gestão singular do tempo de trabalho entre aqueles que mantêm uma atividade agrícola de subsistência e produzem açaí. Durante todo o ano se cultiva a mandioca e, por um período de 4 meses (outubro a janeiro) – *tempo do açaí*, – o açaí aparece como recurso alternativo alimentar e financeiro. Dinâmica semelhante a esta foi encontrada por Lopes (2006) na área insular do município de Belém. No inverno a prática produtiva predominante é a coleta do camarão e no verão, o açaí. Salvaguardando a sazonalidade da coleta do açaí as duas práticas produtivas em Santa Maria não deixam de ser praticadas porque uma não inviabiliza a outra.

A agricultura é realizada de maneira intensiva, para o autoconsumo e comercialização, o que mantém o sustento da família durante todo o ano. O açaí também é utilizado para o consumo, mas principalmente para o mercado, permitindo assim uma entrada de recurso alternativo de renda mensal da família durante a safra.

Recursos Hídricos

A água está distribuída nas áreas alagas e encharcadas, nos pequenos igarapés, no *Igarapé Grande*, no lago do Juá. As áreas permanentemente alagadas e encharcadas estão localizadas na encosta da serra, muito utilizadas no extrativismo do açaí, com ou sem manejo da vegetação. Nessas áreas, em alguns trechos, formam-se naturalmente ou por represamentos artificiais, pequenos igarapés, muito utilizados para lazer (Figura 9). É comum ver as crianças da comunidade passarem horas se divertindo nessas águas.



Figura 12. Igarapé Grande. Fonte: Safira Canto, 2013.

O *Igarapé Grande*, como já assinaléi, no início do processo de ocupação, foi fundamental para que a população se estabelecesse na região, não apenas pelo transporte de pessoas e mercadorias, mas também pela captação de água para consumo doméstico e agrícola; pelo lazer de crianças e adultos; e pela pesca de subsistência. Atualmente seu uso limita-se ao lazer e, ocasionalmente à pesca, reestruturação devida à degradação do ambiente, mas também à comodidade das novas formas de captação do recurso, por poços artesianos e bomba d'água próximos às moradias. O lago do Juá se mantém como o principal corpo d'água para pesca, apesar de ser uma atividade marginal em relação à agricultura e ao extrativismo.

A mata: extrativismo e uso do solo para agricultura.

A *mata* é uma área formada por uma vegetação em diferentes estágios de sucessão: as *capoeiras* (áreas em pousio de diferentes idades) e por fragmentos de vegetação primária, o *mato*. É uma área – semelhante a que Magnusson *et al* (2008) descreve para a vegetação do Eixo Forte – de savana, mais precisamente de savana densa (cerradão) como o que descreve Radam Brasil em estudo na Amazônia Oriental em áreas de cerrado. A *mata* é o local preferido para cultivo de espécies temporárias. Além do uso que fazem do solo para agricultura, na *Mata* são explorados alguns produtos como cascas de súpuba (*Himatanthus articulatus* (Vahl) Wood.), barbatimão (*Stryphnodendron adstrinifens*), cumaru (*Coumarouna odorata*) e Verônica (*Connarus favosus*) todas para uso medicinal.



Figura 13. Morador mostrando uma espécie vegetal da qual retira cascas pra preparação de chá. Fonte: Safira Canto, 2013.

A caça é uma atividade realizada com pouco frequência, pois as espécies que no início da ocupação eram abundantes como: a paca (*Agouti paca*), o veado (*Mazama* sp.) e o tatu (*Dasypus* sp.), agora são escassas, devido pressões pelas quais foram expostas. Todavia, ainda há quem se arisque na *Mata*, nas vegetações próximas às moradias, ou no entorno da serra.

A *mata* é talvez um dos ambientes mais importantes para os agricultores. Retirada do centro da comunidade e locais de moradia, são predominantemente para cultivos de mandioca. Esse padrão é bastante comum em Santa Maria: o lote onde realizam a agricultura itinerante não é o mesmo lote de moradia. Segundo os entrevistados, existentes três motivos principais que os estimularam a transferir os cultivos para outras áreas: os lotes de moradia são solos de *terra fraca*; existe muita vegetação que não se pode tocar: as áreas encharcadas e alagadas e as serras; o lote é pequeno demais para fazer a rotatividade necessária que a agricultura itinerante de corte e queima exige.

As categorias *terra fraca* e *terra forte*, antes de serem utilizadas para diferenciar solos agricultáveis de Santa Maria, são empregadas na caracterização da *terra firme* (*terra fraca*) e da *várzea* (*terra forte*). No entanto, apesar da *várzea* possuir um solo fértil, a agricultura nunca foi para os camponeses o carro chefe da economia familiar, como é em Santa Maria.

Neste trabalho não pretendo “organizar” determinados recursos em determinados espaços, como se não fosse possível encontrá-los em outros. Procuo apenas esclarecer quais são os ambientes nos quais estão distribuídos em maior abundância, onde são reconhecidos pela população como “típicos” de ambientes específicos. As espécies de

caça, por exemplo, ocasionalmente *aparecem* próximas às casas, apesar de serem mais frequentes na *mata*.

Aqui aparecia muita caça. Cutia vinha aqui perto de casa, matamos muitas. Agora é muito difícil. Esses tempos começaram a aparecer, mas tem um vizinho com uns cachorros que são uns amaldiçoados. Eles caçam à noite, e sozinhos. Esses dias eles comeram uma paca aqui no tronco da árvore (Luiz Henrique, 85 anos, 2013).

Em média, uma hora de caminhada, esse é o tempo necessário para chegar na *roça*³⁰. Ela é constituída por algumas tarefas de mandioca, ocasionalmente, algumas tarefas de macaxeira, milho, feijão.

Ir pra roça é uma atividade dos pais e filhos. As filhas e as crianças geralmente ficam em casa cuidando dos trabalhos domésticos. As filhas participam do processo de produção na fase de transformar aquilo que os demais trazem da roça: ajudam a *descascar a mandioca*. O *descascar a mandioca* é a fase do processo na qual toda a família se reúne, geralmente, na *casa de farinha*. Na figura 14, registrei o momento em que parte da família de Sr. José Maria se reunia entorno do produto recém chegado da *roça*. Considerei importante registrar esse momento, pois ele representa a singularidade daquela organização familiar ao contexto de Santa Maria. O padrão comum na comunidade é que os filhos realizem o processo de produção da mandioca com suas famílias, e não mais com a família de seus pais. No caso do Sr. José Maria, os filhos já casados, em cooperação com os solteiros que residem na casa dos pais, trabalham em conjunto nos procedimentos de cultivo, de colheita e beneficiamento do produto, no *fazer a farinha*.

³⁰ A roça é área cultivada da *mata*, com uma produção voltada, exclusivamente, para o comercialização.



Figura 14. Família de Sr. José Maria descascando mandioca. Fonte: Safira Canto, 2013.

Os plantios iniciam assim que as primeiras chuvas começam a cair, entre os meses de novembro e dezembro. O *pau da maniva*³¹, que fora armazenado da colheita passada, é colocado no solo, que nessa altura dos acontecimentos já recebeu o tratamento pré-colheita. O pré-colheita acontece por um sistema tradicional, o mesmo sistema agrícola de grande destaque na agricultura na Amazônia, o corte e queima. Em Santa Maria o corte e queima da vegetação é o sistema que viabiliza a agricultura em uma área de *terra fraca*, tão diferente dos solos ricos em nutrientes da várzea. Talvez seja essa a principal diferença vivenciada entre os ecossistemas de terra firme e várzea, para o uso do solo.

O sistema itinerante de corte e queima é uma das maneiras mais utilizadas de apropriação do solo na região, no qual o solo é preparado em processo bastante trabalhoso, em que a vegetação primária ou secundária é cortada, seguido de queima para só então inserir a *maniva* no solo. Após o tempo de cultivo, a área é deixada em pousio. Concomitantemente, outra área é utilizada enquanto a primeira restabelece a vegetação (GAMA, 2002; SCHMITZ, 2007; LUCA *et al.*, 2008). Os investimentos no manejo do solo são altíssimos. Como visto, eles começam desde a derrubada e queima da vegetação, do plantio até as limpezas frequentes e indispensáveis.

Os trabalhos na roça demandam tempo e organização, fazendo com que outras atividades sejam reorganizadas em função da agricultura. Geralmente, às segundas e terças feiras são para a *capina* (limpeza da roça), na quarta a mandioca é *tirada*, quinta e

³¹ Parte do vegetal que é armazenado para o próximo plantio.

sexta feira são reservadas para *descascar a mandioca e fazer a farinha*. O ritmo muda apenas no *tempo do açaí*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade tem sua origem em estratégias de uma população que foi capaz de gerir os constrangimentos ambientais nos locais em que viviam, de um flexibilidade em adaptar-se às novas alternativas ambientais e sociais às quais se expuseram na mobilidade para Santa Maria, a partir de reconstruções dos estilos de vida, da maneira com a qual usavam os recursos.

O uso dos recursos naturais em Santa Maria acontece mediante dinâmica entre diferentes ambientes, mostrando como eles estão distribuídos e quais os principais usos que a população tem feito. A apropriação dos recursos é “organizada” nos ambientes segundo a necessidade e interesse de cada indivíduo e (ou) sua família. A dinâmica entre os micro- ambientes acontece no uso que fazem nos locais de moradia (espaços nos quais são cultivadas e manejadas espécies para o autoconsumo), no *Igarapé Grande*, nas áreas encharcadas e alagadas, na *mata* e no lago do Juá.

O uso que fazem dos recursos da natureza não parece ter sofrido mudanças significativas ao longo do tempo. Tanto os ambientes quanto os recursos disponíveis continuam sendo manejados e explorados. O que de fato tem mudado é a pressão sobre eles, devido a alguns recursos e serviços externos como: assistencialismo, aposentadorias e serviços e produtos oferecidos pelo centro urbano de Santarém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, J. A. L; CUNHA, S. B. Terras caídas e consequências sociais na costa do Miracauera, município de Itacoatiara, Amazonas, Brasil. **Revista Geográfica da América Central**. Número especial EGAL, Costa Rica, p. 1-16, 2011.

DER PLOEG, J. D. V. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

DIEGUES, A.C (Org). Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. São Paulo, 2000.

FERRI, M.G. **Botânica: Morfologia Externa das Plantas (organografia)**. São Paulo. Nobel, 1983.

FRAXE, T. J. P; PEREIRA, H. S; WITKOSKI, A. C (Org.). Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

FORTES, Meyer. **O ciclo desenvolvimento do grupo domestico**. In: Série Textos de Aula. Antropologia 6. Universidade de Brasília. 1974.

HOMMA, A. K. O. **Sistemas de Produção de Açaí: Mercado e Comercialização**, 2006. Disponível em: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai_2ed/paginas/mercado.htm. (Acessado: 02 de fevereiro de 2011).

HOMMA, A. K. O; NOGUEIRA, O. L.; MENEZES, A. J. E. A; CARVALHO, J. E. U; NICOLI, C. M. L; MATOS, G. B. Açaí: novos desafios e tendências. **Amazônia: Ci. & Desenvolvimento**, n. 1, v.2, p.7–23. 2006

INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte**. Santarém, 2011.

GAMA, M. A. P. **Dinâmica do Solo Submetido a Sistemas de Preparo Alternativos ao de Corte e Queima no Nordeste Paraense**. 2002. 96 f. Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade de São Paulo, Piracicaba.

GAZEL FILHO, A. B. Composição, estrutura e função de quintais agroflorestais no município de Mazagão, Amapá. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia e Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2008.

LAMBIN, E.F. et al. The causes of land-use and land-cover change: moving beyond the myths. **Global Environmental Change**, v. 11, n. 2, p. 261-269, 2001.

LOPES, M.L.B. **Distribuição dos Retornos Sociais do Manejo do Açaí no Estado do Pará**, 2006. Acessado em 04/05/2011. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/includes/institucional/arquivos/biblioteca/artigos/economiaregional/Manejo_do_Acai.pdf.

LUCA, F. V; FANTINI, A. C; GÓMEZ, C. U. Agricultura de corte e queima e respostas adaptativas de agricultores familiares como meio de transformação histórica da paisagem em Biguaçu/SC. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2008, Belém. **Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflito**. Belém: UFPA, 2008.

MAGNUSSON, W. E; LIMA, A. P; ALBERNAZ, A. L. K. M; SANAIOTTI, T. M; GUILLAUMET, JEAN-LOUIS. Composição florística e cobertura vegetal das savanas na região de Alter do Chão, Santarém – PA. **Revista Brasileira de Botânica**, v.31, n.1, p.165-177, 2008.

MENDEZ, E. Análisis agroecológico de huertos caseros tradicionales em Nicarágua. **Agroforestería em las Américas**, v.3, p.36-40, 1996.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MULLER, A.A. 2006. **Sistema de Produção do Açaí: Ambiente Edafo Climático**. Acesso em 02/02/2014. Disponível em: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai_2ed/paginas/edafo.htm.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, p. 67-92, 2009.

NOGUEIRA, O. L. Sistema de produção de açaí. Acesso em 02/02/2011. Disponível em: E:\Users\hp\Documents\TCC\Extrativismo\açai\NOGUEIRA 2006.

PERZ, S.G. Social Determinants and Land Use Correlates of Agricultural Technology Adoption in a Forest Frontier: A Case Study in the Brazilian Amazon. **Human Ecology**, v. 31, n. 1, p. 133-165, 2003.

RADAMBRASIL. **Projeto Radam. Levantamento de recursos naturais**. Ministério de Minas e Energia-DNPN, Rio de Janeiro, 1974.

RIBEIRO, A. S. S; PALHA, M. D. C; TOURINHO, WHITEMAN, M. M; C. W; SILVA, A. S. L. Utilização dos recursos naturais por comunidades humanas do Parque Ecoturístico do Guamá, Belém, Pará. **Acta Amazonica**, v. 37, n.2, p. 235 – 240, 2007.

RODRIGUES, E. **Cartilha de Sistemas Agroflorestais/ Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA)**, 2ª Ed. Editora: Poronga, Rio Branco, 1996.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

SCHIMITZ, H. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p.46-49, 2007.

SILVA, I.M; A.C. SANTANA & M.S. REIS. Análise dos retornos sociais oriundos de adoção tecnológica na cultura do açaí no Estado do Pará. **Amazônia: Cia & Desenvolvimento**, v. 2, n. 3, p. 25–37, 2006.

STEWART, A. Nobody farms here anymore: Livelihood diversification in the Amazonian community of Carvão, a historical perspective. **Agriculture and Human Values**, v. 24, n. 1, p. 75-92, 2007.

SURGIK, A. C. S. Estudo jurídico para a várzea amazônica. In: BENATTI, J. H; SURGIK, A. C. S; TRECCANI, G. D; McGRATH, D. G; GAMA, A. S. P. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Edições Ibama/Provárzea, p.15-32, 2005.

CAPÍTULO 3

OCUPANTES E ASSENTADADOS: AUTONOMIA E INCERTEZA³²

Safira Canto Pinto

³² Capítulo escrito de acordo com as normas da Revista Antropolítica. Após conclusão deverá ser submetido.

OCUPANTES E ASSENTADADOS: AUTONOMIA E INCERTEZA

Safira Canto Pinto³³

RESUMO

Neste texto, analiso alguns dos desdobramentos do enquadramento político administrativo da área de ocupação dos camponeses integrantes da pesquisa aqui em foco, posto que passaram a ser regidos por princípios diferenciados de organização social e uso de recursos naturais do território antes apropriado, aglutinação por eles reconhecida por comunidade de Santa Maria (Santarém). Analiso então as alterações nos padrões de organização social segundo deliberações emanadas do INCRA e demais determinações que interferem na relação com a natureza. As fontes utilizadas para o estudo são oriundas de coleta de dados mediante entrevistas e observação no decorrer do trabalho de campo, concentrado entre os meses de abril e maio de 2013. Em termos de fontes documentais, consultei atas de reuniões da comunidade e textos técnicos de instituições governamentais. Os resultados da pesquisa apontam que o PAE Eixo Forte traz uma proposta de mudança social, pautada em melhores condições de vida para a população e no uso sustentável da natureza. Todavia, as propostas ditas inovadoras, trazem regras desconhecidas à população local, que vislumbra por grandes restrições qualquer projeto de reprodução social das novas gerações pelas alternativas de uso produtivo de recursos naturais.

Palavras-chave: Assentamento, organização social, uso de recursos naturais.

OCCUPANTS AND SETTLERS: AUTONOMY AND UNCERTAINTY

Safira Canto Pinto

ABSTRACT

In this paper I analyze the consequences of the developments of the political and administrative framework of the area of occupancy, that is, principles of social organization and use of natural resources in Santa Maria. Finally, I analyze the changes in patterns of social organization deliberated by INCRA and other determinations that affect the relationship with nature. The sources used for the study are from data collection through interviews and observation during the fieldwork, concentrated in the months of April and May, 2013. In terms of documentary sources I have consulted minutes of meetings in the community and technical texts of governmental institutions. The results of this research indicate that PAE Eixo Forte brings a proposal for social change, based on better living conditions for the population and sustainable use of nature. However, the proposals that supposed to be innovative, bring unknown rules to the population.

Keywords : Settlement, social organization, use of natural resources.

INTRODUÇÃO

Na trajetória de minha pesquisa em Santa Maria, mediante aprofundamento da compreensão da composição do grupo social que ai reside, demonstrei a grande capacidade de tais atores se constituírem mediante gestão de um conjunto de constrangimentos, adequando-se às alternativas ambientais e sociais. Aprenderam a geri-los, preservando a defesa da liberdade e o ritmo próprio de trabalho, embora se adequando aos ritmos dos ciclos da natureza, conhecimento coletivo constituído a partir de experiências vividas por eles mesmos e por produtores que com os primeiros ocupantes construíram o mesmo destino social.

É certo que o desenvolvimento de qualquer pesquisa é um tanto ou quanto imprevisível. Quando em trabalho de campo, vim a me deparar com um contexto

³³ Universidade Federal do Oeste do Pará. Mestranda em Ciências Ambientais.

bastante diferente daquele que de início imaginava. Mesmo já tendo contato com os moradores, eu não contava com o enquadramento das comunidades do Eixo Forte como assentamento.

Em 2005, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou o Projeto Agroextrativista Eixo-Forte (PAE Eixo-Forte)³⁴. O projeto de assentamento, segundo o que consta no processo de criação, ocorreu “por iniciativa das comunidades”, por meio de seus representantes, que solicitaram tal enquadramento à Superintendência Regional 30 (SR 30). Todavia, no decorrer da consulta aos documentos que registram este processo e das entrevistas, o que mais se ressaltava era a simplicidade das informações prestadas pelas instituições que vieram a propor a reordenação e o desconhecimento daquelas condições, tanto que os entrevistados insistem em qualificar os assentamentos como imposição oficial.

A fim de ter uma visão mais holística da relação homem/natureza, tenho por objetivo, na análise desse processo de enquadramento das comunidades, analisar alguns dos desdobramentos inerentes a essa condição de organização social e de uso de recursos naturais em Santa Maria. Analiso então as alterações nos padrões de organização social deliberados pelo Incra, bem como as demais determinações que interferem na relação com a natureza.

As fontes utilizadas para o estudo são oriundas de coleta de dados mediante entrevistas e observação no decorrer do trabalho de campo, concentrado entre os meses de abril e maio de 2013. Foram realizadas entrevistas com a população local e com membros da diretoria executiva da Associação Comunitária de Santa Maria (ACSMA), com o presidente da Federação das Associações de Moradores e Entidades Agroextrativistas do Eixo Forte (FAMCEF) e servidores do Incra. Os nomes dos entrevistados que não são figuras públicas na comunidade serão preservados. Quando, para minha argumentação, considerar necessário citar ou transcrever trechos de entrevistas colocarei apenas as iniciais dos nomes.

Para melhor entender o novo contexto de categorização dos moradores, investi na leitura de textos sobre reforma agrária e das relações homem/natureza na Amazônia. Em termos de fontes documentais, consultei textos técnicos do Incra.

³⁴ Projeto de Assentamento Agro- Extrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento destinado a populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental nas atividades agroextrativistas (Incra,1996)

Os estilos de vida em Santa Maria foram construídos ao longo do tempo sob a influência das experiências vividas nos ambientes anteriores à ocupação na comunidade (ambientes de várzea³⁵ e outras comunidades de terra firme³⁶) e sob as alternativas ambientais e sociais existentes na comunidade. A autonomia daqueles camponeses possibilitou a elaboração dos meios de adaptação e das formas de uso dos recursos naturais. A autonomia como valor é característica fundamental da condição camponesa³⁷, operando como princípio fundamental da reprodução social do grupo e manutenção do “modo camponês de fazer agricultura”. Todavia, a autonomia desejada foi interpelada pelas determinações do Incra, instituição que de certa forma visa promover alterações no modo de fazer agricultura, nas concepções sobre natureza e na organização social dos agricultores e moradores em geral.

HOMEM E NATUREZA EM SANTA MARIA

No início do processo de ocupação, a economia familiar estava exclusivamente voltada para produção agrícola e extrativa, com relação mínima com o mercado. Ao passar dos anos as interações com os serviços oferecidos pelo centro urbano de Santarém se intensificaram, graças à proximidade facilitada pelo deslocamento assegurado pela construção da rodovia Fernando Guilhon, na década de 1980. Essas facilidades de comunicação diluíram as possíveis fronteiras entre o rural e o urbano. Diversificou a economia familiar: de uma economia basicamente voltada à produção agrícola, os comunitários passam a apresentar maior diversidade, compondo-se de trabalhadores da construção civil, funcionários públicos, funcionários de empresas privadas e autônomos.

Todavia, o modo pelo qual eles usam os recursos naturais não sofreu alterações. Os moradores continuam manejando os recursos florestais não madeireiros, com as

³⁵ Surgik (2005), define a várzea como áreas periodicamente inundáveis por ciclos anuais regulares de rios de água branca, ricos em sedimentos. Os solos ficam submersos quase a metade do ano, são altamente nutritivos e constantemente renovados pelas deposições anuais de sedimentos no período da cheia.

³⁶ Área não afetadas pela subida e descida dos rios.

³⁷ Der Ploeg (2008) a fim de elaborar uma proposta para definição do termo, diz que a “condição camponesa” deve ser entendida dentro do contexto dos dias atuais, e ao mesmo tempo o reconhecimento da condição de agente como característica central. Para melhor compreensão, é bom que se considerem alguns aspectos, como: a luta por autonomia; um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações; criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto controlada e auto gerenciada; formas de produção entre homem e natureza viva; interação com o mercado; sobrevivência e perspectiva de futuro que se realimentam na base de recursos e se fortaleçam melhorando o processo de co-produção e autonomia. Pode haver fortalecimento da base de recursos própria de atividades não agrícolas; e padrões de cooperação que regulam que fortalecem essas inter-relações.

mesmas técnicas; praticam a agricultura itinerante de corte e queima. São aproximadamente 50 anos de ocupação conhecida, com manejo sustentável.

A população camponesa tem assim reafirmado seu “modo de vida”, construído ao longo do tempo, numa dinâmica homem/ natureza compreensível pelos procedimentos e concepções elaboradas em plano local. Apresentam-se como agentes atuantes sobre as possibilidades de se manterem na condição camponesa, muitas vezes a partir do fortalecimento de atividades não-agrícolas, mesmo que o objetivo seja a sobrevivência e reprodução da condição até então conquistada. Os demais, os não camponeses, tanto quanto os primeiros, são *experts* em reagir diante das alternativas ambientais e sociais que ali se configuram.

O uso dos recursos naturais em Santa Maria é ritmado pela temporalidade dos produtos, agrícolas e extrativistas e pelo equilíbrio entre atividades agrícolas e não agrícolas, em grande parte como forma de gestão da articulação das atividades agrícolas e extrativistas e as demandas do mercado sediado no tecido urbano. O uso de recursos acontece pela dinâmica articulação entre diferentes ambientes, mostrando como estão distribuídos e quais os principais usos que a população tem feito. A apropriação se faz mediante o interesse e necessidades do indivíduo e/ou sua família. A dinâmica entre os micro-ambientes acontece no uso que fazem nos locais de moradia; no *Igarapé Grande* e seu entorno: o *Igapó*; nas áreas encharcadas e alagadas no entorno de uma das serras existentes na comunidade; na *Mata* e no Lago do Juá.

O uso do solo na comunidade acontece nos cultivos de espécies perenes e temporárias. Ele inclui frutíferas, plantas medicinais, hortaliças e outras para o autoconsumo e comercialização, como a mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), a macaxeira (*Manihot utilissima*) e o milho (*Zea mays*). Geralmente as espécies perenes são plantadas nos quintais e áreas próximas às moradias, sendo utilizadas para consumo alimentar, na medicina alternativa, dentre outros usos. É comum encontrar nos quintais das famílias de Santa Maria alguns pés de: laranja (*Citrus* sp), limão (*Citrus* sp), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. Ex Spreng.) Schum), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), mamão (*Carica papaya* L.), manga (*Mangifera indica* L.) e coco (*Cocos nucifera*). Ressalto que parte dos indivíduos presentes nessas áreas não foram plantados, foram introduzidos por ações da própria natureza, mas manejados pela população.



Figura 15. Cultivos de açaí em uma área próxima a uma moradia. À direita, um quintal. Fonte: Safira Canto, 2013.

Também são muito comuns canteiros, suspensos e no chão, no entorno das moradias, nos quais são cultivados, principalmente, espécies medicinais e hortaliças, como a cebola (*Allium sp*), utilizada na preparação de alimentos.

O fruto do açazeiro é o principal produto do extrativismo em Santa Maria. Ele é coletado no *Igarapé Grande*, no *Igapó* (nativos) e nas áreas próximas às moradias (plantados). Geralmente a coleta é iniciada no mês de outubro e se estende até o mês de janeiro, período no qual os rendimentos familiares aumentam. Os investimentos podem ser vistos na compra de instrumentos de trabalho, eletrodomésticos, roupas etc.

No ano de 2006 os moradores realizaram o primeiro Festival do Cupuçaí, um evento de ocorrência anual, que alia aspectos culturais a interesses econômicos, mediante a comercialização do açaí, do cupuaçu e respectivos produtos derivados. O recurso financeiro adquirido com as vendas no festival é destinado às necessidades de interesse coletivo: reformas e construção de patrimônios materiais coletivos.

Uma área semelhante a que descreve Magnusson *et al.* (2008) para a vegetação do Eixo Forte, de savana – savana densa (cerradão) vegetação semelhante a que descreve Radam Brasil em estudo na Amazônia Oriental para classificação de cerrados na região – distante há uma hora de caminhada do centro da comunidade, é conhecida pelos moradores como a *Mata*. É o local preferido para cultivo de espécies temporárias, principalmente a mandioca. É uma área onde ainda hoje se pode encontrar vegetação primária, com fragmentos de capoeiras em diferentes pousios. Além do uso que fazem do solo para agricultura, na *Mata* são explorados alguns produtos como cascas de súcuba (*Himatanthus articulatus* (Vahl) Wood.) e barbatimão (*Stryphnodendron adstrinfens*), ambas para uso medicinal.



Figura 16. Roçado de mandioca. Fonte: Safira Canto, 2013.

A caça é uma atividade realizada com pouca frequência, pois as espécies que, no início da ocupação, eram abundantes (paca (*Agouti paca*), veado (*Mazama* sp.), tatu (*Dasypus* sp.)), agora são escassas, devido a pressões pelas quais foram expostas. Todavia, ainda há quem se arisque na *Mata*, nas vegetações próximas às moradias, ou no entorno da serra a encontrar algum animal.

Quanto à pesca, os moradores contam com o Lago do Juá, situado a aproximadamente 4 km de Santa Maria. Desde o início da ocupação é o principal corpo d'água para múltiplas atividades. Apesar de a pesca ser uma atividade marginal em relação à agricultura e ao extrativismo, muitos moradores retiram daquele ambiente o *da bóia*³⁸ e, quando excede o necessário para o autoconsumo, aqueles produtos são destinados à comercialização.

As lógicas de apropriação dos recursos naturais foram estruturadas por referência à autonomia dos indivíduos, sem investimento político e intervenção governamental, como se tem visto nos últimos anos, decorrentes do processo de criação do PAE Eixo-Forte. Os agentes do Estado atuam como mediadores para um suposto “desenvolvimento social”. Como salientou Neves (2008), os agentes situados na posição de mediadores atuam para a constituição de espaços contextuais de ação política, na busca de justiça social, na luta para diminuição das desigualdades socioeconômicas, em alguns casos, mas geralmente orientados por objetivos das instituições a que estão afiliados. No contexto de uma suposta intervenção para melhorias nas condições de vida das pessoas que vivem na região do Eixo Forte, a instituição governamental Incra atua como mediadora no conjunto do quadro institucional e em projeções de mudança. No entanto, como assinalou Ros (2008),

³⁸ O que será consumido pela família.

existem controvérsias com relação às práticas dos mediadores que operam por projetos de mudanças sociais, sob relações “clientelísticas” ou “paternalistas”, pois que reforçam a dependência dos mediados, quando os objetivos manifestos, de fato se encontram no fortalecimento da autonomia econômica e política de seus beneficiários.

O PAE EIXO FORTE: PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO.

O Incra decretou o PAE Eixo-Forte, segundo o que consta no processo de criação, por iniciativa das comunidades, por meio de seus representantes, que o solicitaram à SR 30. A comunidade Santa Maria, segundo os documentos consultados, encaminhou o requerimento para o assentamento coletivo por seu representante, o então vice-presidente da associação de moradores, o Sr. José Maria, no dia 13 de outubro de 2005.

Como a região na qual a comunidade Santa Maria está inserida é conhecida como Eixo Forte, manteve-se o nome original na criação do assentamento. A região pertencia à conhecida Gleba Mojuí dos Campos A, que corresponde a uma área de 39.800,0000 ha, localizada no município de Santarém, estado do Pará. Inicialmente toda a área era pertencente à Gleba Mojuí dos Campos, arrecada e matriculada em nome da União Federal, no ano de 1978 (REGISTRO GERAL, 1978). Em 1997, com a criação do município de Belterra, o INCRA dividiu a Gleba Mojuí dos Campos, ficando para o município de Santarém a Gleba Mojuí dos Campos A.

O PAE Eixo Forte foi criado em parte da Gleba Mojuí dos Campos A, pela portaria nº 44 de 20 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União. Possui área com aproximadamente 12.689,00 ha (BRASIL, 2005). Essa modalidade de assentamento é destinada à exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, executadas pelas populações com origem de comunidades extrativistas.

Conceitua-se Projeto de Assentamento, como:

[...] conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do (a) trabalhador (a) rural e de seus familiares (Incra, 2004 p. 2-3).

Foram criadas diversas modalidades de assentamento, justificadas como melhor adequação às características de cada região. Recentemente foram criadas modalidades voltadas para supostamente melhor adequar os assentamentos às questões ambientais, além dos assentamentos agrícolas clássicos. Por exemplo: os assentamentos agroextrativistas (Projetos de Assentamento Agroextrativista – PAE) e os assentamentos agroflorestais (Pólos Agroflorestais – PE ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS) (Tourneau e Bursztyn, 2010).

ORD	TIPO	SIGLA
1	ASSENTAMENTO FEDERAL	PA
2	ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA FEDERAL	PAE
3	ASSENTAMENTO ESTADUAL	PE
4	ASSENTAMENTO MUNICIPAL	PAM
5	PROGRAMA CÉDULA DA TERRA	PCT
6	ASSENTAMENTO ESTADUAL SEM CONVÊNIO	PE
7	ASSENTAMENTO CASULO	PCA
8	COLONIZAÇÃO	PAP
9	ASSENTAMENTO DIRIGIDO	PAD
10	ASSENTAMENTO RÁPIDO	PAR
11	ESPECIAL DE ASSENTAMENTO	PEA
12	COLONIZAÇÃO OFICIAL	PC
13	ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO	PEC
14	INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO	PIC
15	ASSENTAMENTO CONJUNTO	PAC
16	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PF
17	ASSENTAMENTO QUILOMBOLA	PAQ
18	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PDS
19	RESERVA EXTRATIVISTA	RESEX
20	TERRITÓRIO REMANESCENTES DE QUILOMBOS	TRQ
21	ASSENTAMENTO FLORESTAL	PAF
22	FLORESTA NACIONAL	FLONA
23	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	RDS
24	REASSENTAMENTO DE BARRAGEM	PRB
25	RECONHECIMENTO DE ASSENTAMENTO FUNDO DE PASTO	PFP
26	TERRA INDÍGENA	TI
27	RECONHECIMENTO DE PROJETO PUBLICODE IRRIGAÇÃO	PPI
28	ASSENTAMENTO AGROINDUSTRIAL	PAG
29	FLORESTA ESTADUAL	FLOE

Tabela 2. Relação de Projetos de Reforma Agrária. Fonte: Incra (2014)

Nesse viés ambiental, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), resolução nº 387/2006, estabelece regulamentação para licenciamento ambiental de projetos de reforma agrária, considerando a importância de diretrizes e procedimentos de controle e gestão ambiental para orientar e disciplinar o uso e a exploração dos recursos naturais.

No processo de criação do PAE Eixo-Forte (Incra, 2005), ressaltam-se as áreas excluídas da área do projeto, aquelas com títulos definitivos expedidos pelo Incra. Segundo o documento, os não clientes da reforma agrária serão considerados e suas situações avaliadas, e no momento oportuno, serão tomadas providências. Após a criação do assentamento, as áreas sem títulos definitivos passaram à titulação CCRU (Contrato de Concessão Real de Uso), na modalidade qualificada como coletivo.

As atas das reuniões das comunidades que, conforme alegação, solicitaram a criação do assentamento, estão anexadas no processo de criação do PAE. As reuniões, mobilizadas em cada comunidade, recebiam um espécie de assessor, no caso de Santa Maria, um assessor comunitário em nome do Inbra e Prefeitura Municipal de Santarém. Esse intermediário, segundo o que consta no documento, explicou a viabilidade de implantação de um assentamento de reforma agrária na comunidade.

Ata da reunião em Santa Maria assinada por 24 moradores em 13 de outubro de 2005:

Laudelino Sardinha, assessor comunitário, em nome do Inbra e prefeitura de Santarém, vem explicar sobre a viabilidade de implementação do assentamento coletivo via Inbra nesta comunidade.

A prefeitura de Santarém está trabalhando em parceria com Inbra na questão de prestação de esclarecimentos, efetua cadastros e medição via GPS através de visitas *in loco*.

Existem 32 famílias (de) moradores da comunidade. Houve tempo de perguntas e respostas. Depois foi colocado em votação e aprovado pelos abaixo assinados (Inbra, 2005)

Após as explicações do assessor, os moradores presentes redigiram um requerimento e encaminharam ao superintendente regional da SR 30:

Ao superintendente do Inbra Santarém.

A comunidade de Santa Maria, região do Eixo-Forte no município de Santarém, representada por seu vice-presidente, José Maria Vieira Mota, vem respeitosamente solicitar a V.Sa. a criação do assentamento coletivo da referida área.

Santarém, 13 de outubro de 2005. (Inbra, 2005)

Todas as reuniões, nas dezesseis comunidades (de Andirobal, Cucurunã, Irurama, Jatobá, Pajuçara, Ponta de Pedras, Ponte Alta, São Braz, São Francisco do Carapanari, São Pedro, São Raimundo, Santa Rosa, Santa Luzia, São Sebastião, Santa Maria, e Vila Nova), ocorreram no mês de outubro do ano de 2005, com estrutura semelhante: um assessor que abordava a viabilidade do assentamento, votação e aprovação pelos moradores presentes e o requerimento ao superintendente regional do Inbra em Santarém.

A Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) evidencia que, na região do Eixo Forte, 1390 famílias foram assentadas até a data em que reproduzi a emissão da relação³⁹. Segundo o Plano de Desenvolvimento do PAE Eixo Forte, o assentamento tem capacidade para 1400 famílias. Se todo o trabalho da SR 30 se tratasse de assentar aquela população, a meta teria sido praticamente alcançada. Todavia, o controle da Secretária de Saúde, realizado pelos agentes de

³⁹ Emitido em 06 de fevereiro de 2014 em: www.inbra.gov.br

Saúde do Eixo Forte revela que, no ano de 2010, a população da região já alcançava 5913 indivíduos e 1593 famílias.

Com a criação do assentamento, o INCRA tornou-se o responsável, conforme o que lhe é atribuído (INCRA, 2004), pela obtenção da terra; criação do projeto; seleção dos beneficiários; aporte de recursos de crédito; oferta de infra-estrutura básica, como estradas de acesso, água e energia elétrica; e a titulação (Concessão de Uso).

São inúmeros os documentos que regulamentam a criação e implantação de projetos de assentamento de reforma agrária, como a Norma de Execução Nº 37, o manual de projetos de assentamentos e a Instrução Normativa Nº 15. Sobre responsabilidades atribuídas ao INCRA, a Instrução Normativa Nº 15 trata:

“art.2º. O INCRA na implantação dos assentamentos de reforma agrária deverá:

- I- Garantir a efetiva participação dos assentamentos nas atividades de planejamento e execução das relativas ao desenvolvimento territorial;
- II- apontar os recursos orçamentários e financeiros preferencialmente de forma global e não fragmentada;
- III- garantir a assessoria técnica, social, ambiental desde o início da implantação do assentamento, de forma a definir o modelo de exploração da área, organização especial, moradia, infraestrutura básica, licenciamento ambiental e serviços sociais;
- IV- qualificar e adequar as normas ambientais; como ação e condição necessária à implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento PDA, promovendo a exploração nacional e sustentável da área e a melhoria de qualidade de vida dos assentamentos;
- V- fortalecer o processo de constituição da capacidade organizativa, com base na cooperação e no associativismo das famílias assentadas;
- VI- articular e integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico necessários ao desenvolvimento do projeto de assentamento” (INCRA, 2004 p. 2)

Outro documento que orienta os procedimentos no assentamento é o manual de PAEs. É uma metodologia para criação e implantação. Transcrevo, para melhor entendimento desse processo, algumas etapas e protocolos (INCRA, 1996, p. 5-8):

2.1 Criação

2.1.1 Seleção de Área

Além do INCRA, a comunidade através de suas representações, indicarão áreas próprias para implantação dos PAE's. o INCRA priorizará a criação de Projetos de Assentamentos Agro-Extrativistas em áreas onde houver população organizada, tradição extrativista e interesse no desenvolvimento sustentado. Caso a indicação parta do INCRA, a comunidade, através de sua representação, será previamente consultada quanto ao interesse na implantação do Projeto de Assentamento Agro-Extrativista.

2.1.2 Obtenção da Área

Após aprovação pela comunidade e pelo INCRA da criação do Projeto, serão tomadas as providências para aquisição da área dentro das modalidades possíveis (Desapropriação, Arrecadação, Compra e Venda, etc.).

2.1.3 Ato de Criação

Após a obtenção da Área o INCRA criará o Projeto com o nome discutido com a comunidade, através de Portaria assinada pelo Superintendente.

2.2. Implantação

2.2.1 Levantamento Sócio-Econômico

O Levantamento Sócio-Econômico será feito em parceria com organizações governamentais, não governamentais e representantes da comunidade, e se constitui num instrumento fundamental para a implantação dos PAE's, por fornecer as informações das potencialidades econômicas e sociais.

O questionário deve ter uma amplitude que contemple as mais variadas informações, considerando as diferenças existentes entre os PAE's. As perguntas devem ser claras e os entrevistadores treinados, com domínio suficiente para extrair o máximo de elementos informativos que se aproximem da realidade.

Os levantamentos devem ser regulares, atualizados a cada 03 (três) anos.

A equipe responsável pela realização do Levantamento Sócio-Econômico deve ser interdisciplinar, envolvendo profissionais tais como: Agrônomo, Economista, Eng. Florestal, Antropólogo, Sociólogo, Assistente Social etc.

Os levantamentos subsequentes ao primeiro deverão ser resumidos, voltados para a produção e seus resultados.

Haverá necessidade de implantação de mecanismo de difusão das informações levantadas, mediante encontros comunitários, acesso à base de dados, boletins simples etc.

2.2.2 Cadastro

O cadastro identifica, quantifica e dá o perfil dos ocupantes, sendo também o instrumento de inscrição dos candidatos. O Cadastro tomará por base o 1º levantamento Sócio-Econômico, que quantificará o número de candidatos ao Projeto de Assentamento. Havendo excedente de área o cadastramento de novos candidatos será feito pela Organização Representativa dos Moradores - ORM.

2.2.3 Seleção

Os critérios de seleção são dispositivos legais transformados em indicadores estatísticos com o objetivo de medir a incidência das características individuais, sociais e econômicas do candidato. Utilizar-se-á como critério principal classificatório e de eliminação a avaliação da tradição na atividade do extrativismo e/ou agroextrativismo, e a ocupação da terra.

A seleção deve ser criteriosa, exigente, em não permitir que sejam assentadas pessoas não identificadas com a atividade agroextrativista.

2.2.4 Assentamento

Nesta etapa se considera efetivamente assentado, o candidato cadastrado e selecionado.

2.2.5 Demarcação do Perímetro

A demarcação do perímetro viabiliza, entre outras coisas, a concessão de uso, por definição exata da área. Favorece a definição do projeto, impondo limites de respeito e o planejamento e aplicação do Plano de Desenvolvimento.

DESDOBRAMENTOS DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PAE.

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (BRASIL, 1964 p.47).

O trecho do Estatuto da Terra, acima mencionado, conceitua o conjunto de medidas pelas quais se caracteriza a reforma agrária. No PAE Eixo-Forte, não houve reordenamento fundiário, como o que se considera para os casos de reforma agrária. A situação de ocupação da terra não foi alterada, como no caso da propriedade privada que

se torna assentamento público pela desapropriação, por exemplo. Os limites e divisas entre os lotes já tinham sido estabelecidos, segundo normas consuetudinárias determinadas há alguns anos.

O caso do PAE Eixo-Forte é um caso muito semelhante ao que ocorreu em outros lugares, na própria SR 30. No mesmo período, foram criados assentamentos em situações semelhantes. Nesse sentido, Lima (2012) destacou que o governo inflou números: os números da reforma agrária subiram vertiginosamente por conta de regularização fundiária no Norte do país em territórios tradicionalmente ocupados.

Ao que parece, os números da regularização fundiária no Norte do país serviram para alcançar as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Dessa forma, os dados de regularização fundiária foram contabilizados para a reforma agrária no mandato do então presidente da República, Luiz Inácio da Silva. A proposta do II PNRA era assentar 400 mil famílias. O objetivo foi praticamente atingido, pois 380 mil famílias foram “assentadas”. Destas, a maioria na região Norte, fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos da SR 30 que, entre maio de 2005 a dezembro de 2006, criaram 49 PAEs (LIMA, 2012).

Procurei compreender como os moradores entendiam o assentamento, principalmente como o definem e quais os efeitos da implantação do projeto sobre a vida deles. Os resultados apontam para uma falta de compreensão das condições mínimas de implantação. Parte dos entrevistados não soube defini-lo: alguns se utilizaram da categoria *benefício*; outros ainda, demonstrando que nem tudo está plenamente aceito, ou que estão insatisfeitos com o projeto, alegam que se trata de *uma enganação*, uma maneira de *tomar a terra dos outros*.

Levando em conta dados obtidos em entrevista com informante privilegiado – Sr. Sebastião, presidente da Associação de Moradores de Santa Maria, que esclareceu ter acompanhado parte do processo – pode-se apontar o quanto as definições são ou vieram a ser nebulosas para os moradores da comunidade.

Chequei aqui em 2008. Em 2005 o assentamento já estava. Quando chequei estavam discutindo, depois vieram os créditos. Saíram essas casas. Primeiro veio o crédito inicial para começar a trabalhar. O fomento nós pegamos mil. Esse aqui é um assentamento coletivo porque é nosso, é o Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte.

Pesquisadora: Quando eles criaram esse assentamento muitos já estavam aqui dentro. Como fica essa situação?

As terras que tinham título estão em processo. As que não tinham são dos assentados. Se meu título é legal eu vou continuar lá, mas se meu título não é legal eu tenho que dar baixa para entrar como cliente da reforma agrária. A gente tem 20 anos para legalizar o título. Depois que passar a ser cliente de reforma agrária, eu tenho 20 anos para começar a pagar.

Daqui com 20 anos, se eu for vivo, a terra vai ser dos meus filhos (Sebastião Costa, 59 anos, 2013)

A dúvida quanto às reais condições de implantação são reafirmadas por quase todos os entrevistados. Apenas como ilustração, transcrevo um dos trechos de entrevista onde o “assentado” explicita o grau de confusão por ele administrado.

Um pouco que a gente sabe sobre assentamento, é aquilo que o pessoal diz: assentamento é do governo. O assentamento é quando o governo dá terra para quem não tem terra, não tem onde morar, não tem casa. Nós já estávamos aqui antes do assentamento, então ele funcionou como benefício para a gente ter um trabalho melhor, um apoio melhor. O assentamento é um benefício para a família. Quando surgiu o assentamento aqui na região do Eixo Forte, eles fizeram três reuniões para explicar esse negócio, como poderia existir esse assentamento, como era o direito de cada um. Foi feito essas reuniões, mas de uns tempos para cá já não tem mais reunião para falar sobre isso. É assim, mais ou menos, é o que vejo nos comentários das reuniões que já participei. Isso que é assentamento: o benefício. (M. I, 45anos, 2013)

De maneira geral notei duas vertentes principais sobre a definição do assentamento: aqueles que avaliam o assentamento como algo positivo; e de outro lado, os que percebem nele um entrave às práticas cotidianas. Provavelmente, em parte, isso é decorrente dos poucos esclarecimentos dados à população. É fato que ocorreram reuniões após a criação do projeto, no entanto, a decisão pela inclusão da comunidade ao PAE Eixo-Forte aconteceu após a primeira reunião (trata-se, como já assinali, da mesma reunião assessorada por Laudelino Sardinha) do dia 13 de outubro de 2005.

Alguns dos padrões de vida construídos há anos são quebrados por regras que eles não conhecem. De “proprietários” de suas terras agora eles passam a “colocados” no assentamento, mas uma colocação que já havia sido definida pelos limites de respeito e acordadas pelo comunal. Isso parece estranho a pessoas habituadas a não dar satisfação de sua conduta de exploração dos recursos naturais para além dos diretamente interessados na gestão de recursos. Agora elas dependem das regras da instituição que os “governa”, bem como de uma representação popular que deve falar em nome das expectativas de famílias de 16 comunidades.

Hoje não tenho direito sobre a terra. Esse governo fala tanto em direito, mas eles fazem é perseguir. Eles não explicaram direito o que era assentamento. Hoje ninguém é dono da terra. Se a pessoa não se adequa ao assentamento só falta ser expulso. Nós compramos, plantamos... O que pode acontecer é que uma pessoa que está em uma área quase 30 anos, comprou a terra, e se você não se adequar tem que dar oportunidade para outras pessoas. Isso não é real, não é certo. Não sei onde eles aprenderam isso. (M. D, 56 anos, 2013)

A organização social em Santa Maria se estrutura mediante serviços básicos: Igreja, clube de futebol e atualmente pela associação de moradores. A proposta de associativismo, tal como se configura atualmente, surgiu a partir da proposta de criação do assentamento, pela qual o diálogo com órgãos do governo não se faz mais com os indivíduos da comunidade, mas com o representante delegado dos moradores, o presidente da associação. Até 2005, a ação coletiva na comunidade ocorria para solucionar problemas pontuais, para reivindicações diante de órgãos do governo, especialmente na construção de edificações de uso comum etc.

Atualmente as maneiras de viver e agir em conjunto, diante de determinadas situações ainda ocorrem. Todavia, são gerenciadas principalmente pela associação de moradores, fundada para responder à imposição do Estado. Neves (2013), acerca dos dilemas e contradições da integração de categorias socioeconômicas na ação estatal mediante o associativismo, assinala que sua existência – imposta por órgão do Estado – se articula ao não reconhecimento de outras formas de alinhamento político, e de que há sempre nesse bojo um projeto de organização e de mudanças sociais.

Há impossibilidade de construção de um projeto durável, proposta pelo associativismo, na situação analisada por Neves (2013). Em grande parte por inexistência de condições básicas às adesões duradoras: em parte pela negação dos associados aos princípios ideais pregados pelo associativismo, especialmente quando disputam entre si a transferência de bens a serem apropriados individualmente.

Em 2006, ano da fundação, a associação de moradores registrava 51 associados, uma diretoria composta por 7 membros, ocupando os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, 1º e 2º tesoureiro e diretor comercial. Quase oito anos depois, a associação está sem diretoria. Após o mandato da segunda diretoria, não houve nova eleição. Apenas foi constituída uma comissão para tratar da nova eleição, que deve ocorrer no mês de fevereiro de 2014. Até o segundo semestre de 2013, apenas oito sócios eram membros ativos nas reuniões e no pagamento da taxa mensal. Os demais se afastaram e um pediu desligamento por tempo indeterminado. A principal causa dos desligamentos de associados é o não recebimento de *benefícios*.⁴⁰

Eu fazia parte do assentamento [...] A casa do assentamento seria feita aqui. O meu marido também não quis ser assentado. Agora vou ter que entrar novamente, pois para aposentar vai ser preciso. Você tem que ser sócia. Eles dão uma declaração e você consegue. Quem

⁴⁰ Dados obtidos mediante entrevista concedida pelo responsável da comissão que responde pela associação na ausência de diretoria executiva, sr. Adailson Mota.

falou foi o povo daqui da comunidade. Se eu quiser me aposentar tenho que ir com o presidente da associação, ele me dá uma declaração. (I. M, 39 anos, 2013)

Os benefícios aos quais os moradores se referem são o crédito instalação, modalidade de apoio inicial e aquisição de material de construção. O Sr. J. M atribuiu sua saída e de seus filhos a esse fator, pois não receberam os *benefícios*, sendo eles agricultores e pessoas ativas nos trabalhos coletivos. Sr. M.D também alegou não se interessar mais pela associação, por não fazer qualquer sentido ser associado e nada receber em troca.

Barretto (2004), em trabalho sobre assentamento de reforma agrária no Brasil, para o qual percorreu mais de 20.000 Km pelas cinco regiões geográficas do país, abarcando mais de 60 assentamentos, comenta o verdadeiro fracasso coletivo na organização e produção por meio de cooperativas ou associações.

A intervenção para as supostas melhorias nas condições de vida das pessoas, no caso, das que vivem na região do Eixo Forte, se estrutura a partir da criação de atores específicos que operam como mediadores, interligando comunitários à instituição governamental Incra, às empresas e serviços em assistência técnica, e estimulando o associativismo. Ressalto, como já comentei, ainda as controvérsias abalizadas por Ros (2008), que ao destacar práticas dos mediadores que operaram por projetos de mudanças sociais como “clientelistas” ou “paternalistas”, reforçam assim a dependência dos mediados. Nessa modalidade de redefinição de autonomia como valor, cito os programas bolsa verde e bolsa família, apesar de o último ser anterior à criação do PAE.

O programa bolsa verde faz parte do plano Brasil sem miséria e seu nome oficial é programa de apoio à conservação ambiental. Ele é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e sua proposta é aliar o aumento na renda das populações beneficiadas à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Para serem beneficiárias do programa bolsa verde, as famílias devem desenvolver atividades de conservação ambiental e estar situadas nas seguintes áreas: florestas nacionais, reservas extrativistas federais e reservas de desenvolvimento sustentável federais, administradas pelo ICMBIO; projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Incra; territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e outras áreas rurais definidas como

prioritárias pelo governo federal (Brasil, 2014). Algumas famílias em Santa Maria recebem o benefício bolsa família desde sua implantação, ano de 2004.

Para Barretto, a atuação do Incra como mediador social nos projetos de reforma agrária está ligada, em grande parte, apoiada na limitação de autonomia dos mediados, tendo em vista a dependência aos benefícios concedidos por meio do órgão e as dificuldades de previsão do futuro imediato.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) do Incra foi criado em 2003, com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária: objetivando implantar um processo descentralizado de apoio às famílias dos agricultores assentados em projetos de assentamento. A assistência técnica na comunidade deverá ser coordenada pelo Incra e executada em parceria com a EMATER (Incra, 2011). No entanto, nenhum projeto foi aplicado via assentamento. Atualmente existem dois projetos, um por iniciativa da prefeitura municipal de Santarém e outro pelo Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC).

Projeções externas ao assentamento

O projeto com hortaliças é pontual, tanto que vem sendo executado apenas por três famílias na comunidade. É um o projeto implantado pela prefeitura municipal de Santarém e recebe assistência da Emater. É um sistema considerado inovador, conhecido como sistema Mandala, no qual os cultivos são dispostos em círculos concêntricos, com intuito de aproveitar melhor o espaço e a facilitar a irrigação (Magalhaes *et al.*, 2012)



Figura 17. Horta em sistema Mandala. Fonte: Safira Canto, 2013.

Outro projeto aplicado na comunidade é o Projeto Curauá Fibra do Desenvolvimento. É uma iniciativa desenvolvida entre o CEAPAC e famílias de pequenos produtores rurais e artesãos, principalmente os da região do PAE Lago Grande do Curuai. O Projeto também ampliou sua abrangência para o PAE Eixo-Forte e o PAE Salé, no município de Juruti. Ele tem por objetivo promover a cadeia de produção do curauá para gerar renda e desenvolvimento na região e para as famílias envolvidas. É patrocinado pela PETROBRAS, mediante o programa: Petrobras, desenvolvimento e cidadania (CEAPAC, 2013).

O projeto Curauá, sempre que citado, estava carregado de insatisfação por parte dos agricultores. Eles argumentaram que a atividade é muito dispendiosa e de pouco retorno financeiro. Segundo Sra. M.A, 3 kg de fibra são vendidos a R\$ 4,00 ao CEAPAC, sendo que o pagamento pode levar de 2 a 3 meses para ser efetivado.



Figura 18. Cultivo de Curauá. Fonte: Safira Canto, 2013.

VIVER NUM PAE: RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA.

Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento destinado à populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas (Incrá,1996)

O trecho acima, em poucas palavras, conceitua os PAEs. No entanto, o equilíbrio que deve haver entre respostas às exigências de um assentamento de reforma agrária e a sustentabilidade exigida, na prática não parece ser tão simples em Santa Maria. É possível perceber algumas ponderações nas declarações dos entrevistados quanto ao que significa viver em um PAE e à relação homem/natureza. Nessa representação, os moradores acentuam a necessidade de manterem a produção, de se reafirmarem como agricultores, a fim de responderem às exigências de reconhecimento como cliente da reforma agrária.

Eles dizem que precisamos estar na terra, mas a lei agora é de não derrubar nem um pau do roçado; não podemos dar terra para os outros; não podemos vender terra. O Incra falou que não podemos fazer roça onde é mata, só onde é capoeira baixa. Ficar cultivando na mesma terra dois anos ou três anos. (I, 50 anos, 2013)

Ao mesmo tempo, viver no PAE Eixo-Forte, para a maioria dos moradores, é estar diante de certa perspectiva da proibição, da limitação de atividades que, antes da criação do assentamento, não necessitavam de autorização para a realização. Segundo o manual de projetos de assentamentos agro-extrativista, o modelo de reforma agrária pensado

para a Amazônia é de uma reforma agrária diferenciada, dinâmica e moderna, com base nos projetos agroextrativistas. Nessa perspectiva, cito um dos objetivos: *evitar a poluição, com a diminuição da queima da matéria orgânica e das derrubadas*, que se contrapõem ao sistema tradicional de uso da terra em Santa Maria, o sistema corte e queima da vegetação (INCRA, 1996).

No sistema corte e queima da vegetação, esta deve ser derrubada e queimada a fim de fertilizar o solo. Os procedimentos de corte e queima são fundamentais nesse sistema enraizado no modo de fazer agricultura daquela população. De tempos em tempos a área é deixada em pousio para regeneração natural, enquanto outra clareira é aberta, em uma capoeira ou vegetação primária (SCHMITZ, 2007).

O sistema corte e queima passa a ser predatório quando deixa de ser sustentável, isto é, quando realizado em condições em que a densidade demográfica é crescente frente a uma pequena disponibilidade de terras. Esse desencontro contribui para o aumento do desmatamento e degradação do solo (GAMA, 2002). Em Santa Maria, o sistema não oferece riscos, dada a diminuição da intensidade de uso da terra, pois os moradores diversificam as atividades e fontes de ganho, abarcando as agrícolas e não agrícolas (principalmente pelas demandas de serviços no centro urbano de Santarém)

As determinações do Incra adquirem uma posição um tanto repressora, ao regularem o uso dos recursos naturais por populações que já o fazem tradicionalmente, mesmo que sejam considerados um dos maiores destruidores da Amazônia. Esse fato recebeu destaque em 2008, quando o Ministério do Meio Ambiente incluiu o Incra na lista dos maiores responsáveis pelo desmatamento na região (TOURNEAU e BURSZTYN, 2010). Batistella e Moran (2005) apontam para uma correlação direta entre ocupação de lotes na fronteira amazônica e ações de desmatamento, que, após certo tempo, se esfria e logo depois, na geração seguinte, é retomada.

Na geração dos que nasceram em Santa Maria há pouco vínculo com a agricultura e extrativismo. São pessoas que dedicam maior investimento, se não todo ele, a atividades não agrícolas. São empregados de empresas privadas e autônomos. Parte dos que estão em idade escolar também demonstram desinteresse na manutenção de um estilo de vida camponês. Em muitos casos os próprios pais e avós colaboram para que optem por outros projetos de vida desvinculados da atividade agrícola.

É bom que as minhas netas estudem para não ficar na roça. Gostaria que elas continuassem a morar aqui, mas que trabalhassem na cidade, outro serviço que não seja esse da agricultura. (L.H, 83 anos, 2013)

A respeito da relação do meio rural com centro urbano, Sousa e Corrêa (2008) destacam a formação desses vínculos como uma estratégia de reprodução das famílias. Na verdade, para os autores, grande parte da condição determinante para essas múltiplas inserções produtivas vem das demandas urbanas.

Tourneau e Bursztyn (2003) assinalam que nos assentamentos no Brasil existe uma dinâmica demográfica muito complexa, com idas e voltas entre os espaços de origem, as áreas urbanas e outros estados; e que mais de um terço de sua renda é obtida com a venda da sua força de trabalho.

Sra. M.S, aposentada e cliente da reforma agrária com filhos que ainda moram na comunidade e outros em centros urbanos, entre posicionamentos favoráveis e até expectativa quanto aos *benefícios* do PAE, expressou certo descontentamento. Segundo ela os assentados não podem ter um trabalho assalariado, não podem melhorar a renda da família, pois correm o risco de deixar de ser beneficiários. A preocupação da entrevistada se dá pelo caso ocorrido com seu filho, morador assentado, que recebeu benefício instalação, nas modalidades apoio inicial e construção de moradia:

Um exemplo foi o que aconteceu com meu filho. A Casa Familiar Rural funciona aqui em Santa Maria, eles estão precisando de vigia, mas quem é assentado não pode trabalhar. Tem muitos assentados que tem trabalho, mas são assentados. Tem leis para uns e não tem lei para outros. Eles dizem que verificam, podem descobrir que a pessoa é assentada, e não pode (M.S, 64 anos, 2013).

No trecho “*Eles dizem que verificam*”, sra. M.S. se refere à instituição responsável, o Incra. A preocupação da família tem fundamento porque referenciada a Norma de Execução N°45/2005 (INCRA, 2005 p. 2):

Art. 6ª

Não poderá ser beneficiário(a) do Programa de Reforma Agrária, a que se refere esta norma, seguindo os seguintes Critérios Eliminatórios:

I - Funcionário(a) público e autárquico, civil e militar da administração federal, estadual ou municipal, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);

II - O agricultor e agricultora quando o conjunto familiar auferir renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais;

III - Proprietário (a), quotista, acionista ou co-participante de estabelecimento comercial ou industrial, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);

IV- Ex-beneficiário (a) ou beneficiários (a) de regularização fundiária executada direta ou indiretamente pelo INCRA, ou de projetos de assentamento oficiais ou outros assentamentos rurais de responsabilidade de órgãos públicos, de acordo com a Lei n. 8.629/93, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a), salvo por separação judicial do casal ou outros motivos justificados, a critério do INCRA;

V – Proprietário (a) de imóvel rural com área superior a um módulo rural, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro (a).

O uso dos recursos em Santa Maria foi sendo construído ao longo do tempo, mediante experiências que os moradores traziam dos ambientes em que viviam, das necessidades familiares, da disponibilidade desses recursos na natureza, numa dinâmica marcada pela temporalidade dos produtos, agrícolas e extrativistas, e pela articulação entre o rural e o urbano. Dito isso, é pouco provável limitar a atuação dessas pessoas a atividades exclusivamente camponesas, ou eliminá-las quando o conjunto familiar proveniente de atividades não agrícolas forem superiores àquelas estabelecidas pelo projeto de reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população que hoje vive em Santa Maria é fruto de trajetória específica, das experiências do passado, de adaptações aos ambientes e recursos disponíveis. A condição de agente e a busca de autonomia são características que possibilitam que essas pessoas gerenciem as diversidades de oportunidades e limitações à reprodução social e produção agrícola e extrativista em Santa Maria. No entanto, a reconquista da autonomia vem sendo colocada em questão, diante de determinações decorrentes das normativas do projeto de assentamento implantado pelo Incra.

Criado em 2005, o PAE Eixo Forte traz uma proposta de mudança social, pautada em melhores condições de vida para a população e no uso sustentável da natureza. Todavia, as propostas ditas inovadoras, trazem regras desconhecidas à população e à sustentabilidade por eles construídas. Ela já vem sendo realizada há quase 50 anos, ilustrando que, provavelmente, a população tenha muito pouco a acrescentar às suas práticas cotidianas. Consequentemente, o INCRA, insistindo em implantar na região do Eixo Forte unidades do programa de reforma agrária, de fato esgotou sua ação no esforço de regularização fundiária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO, N. R. Reforma agrária: O mito e a realidade. História dos assentados, contada por eles mesmos. São Paulo: Artpress, 4ed. 2004.

BATISTELLA, M.; MORAN, E. F. Dimensões humanas do uso e cobertura das terras na Amazônia: uma contribuição do LBA. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 35, n. 2, p. 239-247, 2005.

BRASIL. **Bolsa verde**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em 27 de janeiro de 2014.

BRASIL. Portaria n. 44, de 20 de dezembro de 2005. DOU, Brasília, n. 223, 22 nov. 2005.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: Mar 2013.

BRASIL. MMA. Conama. **Resolução n. 387, de 27 de dezembro de 2006**. Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências. DOU, Brasília, nº 249, de 29 dez. 2006; p. 665. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38706.pdf>>. Acesso em: Jun. 2013.

CEAPAC. **Projeto Curauá Fibra do Desenvolvimento**. Disponível em <<http://www.ceapac.org.br>> Acessado em 25 jun 2013.

DER PLOEG, J. D. V. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

GAMA, M.A.P. **Dinâmica do Solo Submetido a Sistemas de Preparo Alternativos ao de Corte e Queima no Nordeste Paraense**. 2002. 96 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade de São Paulo, Piracicaba.

INCRA. Relação de Projetos de Reforma Agrária. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>> Acesso em 17 de fevereiro de 2014.

_____. **Instrução Normativa nº 58, de 05 de março de 2010**. Disponível em <www.incra.gov.br> Acesso em 21 de fevereiro de 2013.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte**. Santarém, 2011.

_____. **Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004**. Disponível em <www.incra.gov.br> Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

_____. **Norma de execução nº 45, de 25 de agosto de 2005**. DOU, Brasília, n. 166, de 29 ago. 2005

_____. Diretoria de Assentamentos. **Conceito e metodologia para implantação dos Projetos de Assentamentos Agro-extrativistas**. Brasília, 1996.

_____. Processo administrativo de criação do PAE Eixo-Forte. Santarém, 2005.

LIMA, Moacir Henrique. **De Balaio a Acará-Açu. O processo de criação e implantação dos projetos de assentamento agro-extrativistas (PAEs) nas várzeas do Baixo Amazonas.** 2012. 143f. Monografia (Especialização em direitos humanos e políticas públicas). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.

MAGALHÃES, L. C. M; FALÇÃO, C. L. C; SOBRINHO, J. F. O sistema mandala como alternativa para uma melhor convivência com o semi-árido, implantado no assentamento São João no município de Sobradinho, CE. **Revista homem, espaço e tempo**, 2012.

MAGNUSSON, W. E; LIMA, A. P; ALBERNAZ, A. L. K. M; SANAIOTTI, T. M; GUILLAUMET, JEAN-LOUIS. Composição florística e cobertura vegetal das savanas na região de Alter do Chão, Santarém – PA. **Revista Brasileira de Botânica**, v.31, n.1, p.165-177, 2008.

NEVES, D. P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. **Retratos de assentamentos**, v. 16, n. 1, p. 15-42, 2013.

NEVES, D. P (Org). **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós graduação em desenvolvimento rural, 2008.

REGISTRO GERAL. **Certidão de Imóvel**, matrícula 1565. 1º Cartório de registro de imóvel, Santarém, 1978.

RADAMBRASIL. 1974. **Projeto Radam. Levantamento de recursos naturais.** Ministério de Minas e Energia-DNPN, Rio de Janeiro.

ROS, C. C. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuk Argentina. In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** NEVES, D. P. (Org). Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós graduação em desenvolvimento rural, 2008.

SCHIMITZ, H. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p.46-49, 2007.

SOUSA, M. A. P. & CORRÊA W. K. Produtores rurais, atividades não-agrícolas e trabalho pluriativo no município de Cascavel-pr: uma discussão sobre a ruralidade e o território. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4.,2008. **Anais.** São Paulo: ENGRUP, 2008. p. 656-684.

SURGIK, A. C. S. Estudo jurídico para a várzea amazônica. In: BENATTI, J. H; SURGIK, A. C. S; TRECCANI, G. D; McGRATH, D. G; GAMA, A. S. P. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea:** análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Edições Ibama/Provárzea, p.15-32, 2005.

TOURNEAU, F. L; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente e Sociedade**, V. XIII, n.1, p. 111-130, 2010.

2. SÍNTESE INTEGRADORA

A comunidade Santa Maria tem um processo de ocupação iniciado há mais de 40 anos por camponeses, e posteriormente, por outros grupos não-camponeses. Saberes quanto ao uso de recursos naturais foram trazidos dos ambientes em que viviam antes da ocupação em Santa Maria. Adequaram suas práticas e utilizaram de suas experiências ao novo ambiente no qual se integraram.

As trajetórias familiares revelam que as principais mobilidades aconteceram de comunidades da várzea do rio Amazonas. A vida nesses ambientes era marcada pela subida e descida do rio, no qual o calendário de atividades e a própria organização social eram estabelecidas conforme a sazonalidade. O uso de recursos naturais que faziam nesses ambientes ocorria na dinâmica entre apropriação do que estava disponível no rio Amazonas, nos lagos, igarapés e no uso do solo para a agricultura, geralmente com culturas temporárias de 4 a 5 meses. Os recursos de pesca eram a principal atividade e principal fonte de proteína.

Em Santa Maria, um cenário bastante diferente dos ambientes de várzea, se configurou com novas oportunidades e algumas limitações à manutenção da condição camponesa, e principalmente aos estilos de vida construídos nos antigos ambientes. Apesar de que as atividades, na várzea e terra firme, praticamente eram as mesmas, as condições ambientais eram distintas. A temporalidade em Santa Maria é influenciada pela precipitação anual, que regula o ciclo de cultivo dos produtos agrícolas e da extração de produtos extrativistas.

O valor fundamental da condição camponesa – presente nos estilos de vida construídos ao longo do tempo sob: a influência das experiências vividas nos ambientes anteriores à ocupação em Santa Maria e sob as alternativas ambientais e sociais existentes na comunidade –, a autonomia, na história mais recente da comunidade, tem sido interpelada por determinações do Incra, a partir da criação do Assentamento Agroextrativista Eixo Forte. O projeto de assentamento tem atuado na organização social e nas percepções dos entrevistados quanto à natureza e no uso de seus respectivos recursos.

Apesar da recente intervenção de mediadores, para uma suposta melhoria nas condições de vida das pessoas que vivem na região do Eixo Forte, realizada pela instituição governamental Incra, os moradores, em especial, os camponeses de Santa Maria, continuam realizando suas práticas da mesma maneira como realizavam no início do processo de ocupação. O que de fato mudou foi a intensidade com a qual

realizam, houve diminuição da pressão sobre os recursos, decorrentes de recursos e serviços externos, como: assistencialismo, aposentadorias, serviços e produtos oferecidos pelo centro urbano de Santarém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. F. Políticas públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades de várzea no alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, D. (Org). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

ALMEIDA, S. S; AMARAL, D. D; SILVA, A. S. L. Análise florística e estrutura de florestas de Várzea no estuário amazônico. **Acta Amazonica**, v. 34, n. 4, p.513-524, 2004.

BATISTA, V.S. **Distribuição, dinâmica da frota e dos recursos pesqueiros na Amazônia Central**. Tese de Doutorado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas. p. 282, 1998.

BRASIL. MMA. **Resolução conama nº 4, de 18 de setembro de 1985**. Disponível em: http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/federal/resolucoes/1985_Res_CONAMA_4.pdf. Acesso em: 17 jan. 2014.

_____. **Códigos das Águas**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 fev. 2014.

_____. Portaria n. 44, de 20 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 223, 22 nov. 2005.

CASINI, P. Natureza e Sociedade. In: _____. **As filosofias da Natureza**. São Paulo: Martins Fontes. Cap. 6. p. 117-128, 1979.

COSTA, R. C. **Pagamento por Serviços Ambientais: Limites e Oportunidades Para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Amazônia Brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DIEGUES, A.C (Org). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

FALESI, I. C. Estado atual de conhecimento de solos da Amazônia brasileira. In: simpósio do trópico úmido. **Belém**. Resumos. Belém, p. 34-36, 1984.

FEARNSIDE, P. M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. INPA, 2003. 134 p. 1.

FRAXE, T. J. P; PEREIRA, H. S; WITKOSKI, A. C (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

GAMA, J. R. V; SOUZA, A. L; MARTINS, S. V; SOUZA, D. R. Comparação entre florestas de várzea e de terra firme do estado do Pará. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 29, n. 4, p. 607-616, 2005

HOLANDA, A. S. S.; GUERRA, C. E. Monitoramento da vegetação da região do Eixo-Forte no município de Santarém-Pa utilizando imagens dos índices de vegetação NDVI e NDWI. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO. Recife. **Anais**. Recife, p. 1-5, 2010.

HOMMA, A. K. O. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo amazônico. **Acta Amazonica**, v. 12, n. 2, p. 251–255, 1982.

HURTIENNE, T. Análise socioeconômica dos sistemas de uso de terra por pequenos produtores agrários na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, p. 191-272, 2004.

INCRA. Relação de Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em: 17 fev. 2014.

_____. Relação de Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em: 17 fev. 2014.

_____. **Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004**. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte**. Santarém, 2011.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi, série antropologia**, v. 11, n. 2, p. 295-339. 1995.

LIMA, D. (Org) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

LIMA, R. K; MOTA, F. R; PIRES, L. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. In: LIMA, D. (Org). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

LUI, G. H. **Ocupação humana e transformação da paisagem na Amazônia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade de São Paulo, Piracicaba, 182 p, 2008.

MACHADO, K. S. S. **Estrutura e composição florística de uma floresta de terra firme na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazônia Central**. Dissertação (Ciências Biológicas) – Instituto de Pesquisas da Amazônia, 2010.

MENEZES, J. M. T.; VAN LEEUWEN, J; VALERI, V.; CRUZ, M. C. P. & LEANDRO, R. C. Comparação entre solos sob uso agroflorestal e em florestas remanescentes adjacentes no Norte de Rondônia, **R. Bras. Ci. Solo**, v. 32, p. 893-898, 2008.

MAGALHÃES, M. P. Evolução antropomorfa da Amazônia. **Revista história da arte e arqueologia**, v. 12, p. 5-38, 2009.

MAGNUSSON, W. E; LIMA, A. P, ALBERNAZ, A. L. K. M; SANAIOTTI, T. M e GUILLAUMET, J. Composição florística e cobertura vegetal das savanas na região de Alter do Chão, Santarém-PA. **Revista Brasileira de Botânica**, v.31, n.1, p.165-177, 2008.

MORÁN, E. F.. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Floresta Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEVES, D. P. Os agricultores de várzea no médio rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida. In: LIMA, D. (Org). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

PEDROSO JUNIOR, N. N. **No Caminho dos Antigos: Agricultura de Corte e Queima e Intensificação Agrícola em Populações Quilombolas do Vale do Ribeira, SP**. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 201 p, 2008.

RADAMBRASIL. 1974. **Projeto Radam. Levantamento de recursos naturais**. Ministério de Minas e Energia-DNPN, Rio de Janeiro.

SURGIK, A. C. S. Estudo jurídico para a várzea amazônica. In: BENATTI, J. H; SURGIK, A. C. S; TRECCANI, G. D; McGRATH, D. G; GAMA, A. S. P. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Edições Ibama/Provárzea, p.15-32, 2005.

TRINCA, C. T. **Caça em assentamento rural no sul da Floresta Amazônica**. Dissertação de Mestrado. Museu Paraense Emílio Goeldi e Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

VIEIRA, I. C. G; SILVA, J. M. C; TOLEDO, P. M. Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 153-164, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – NORMAS REVISTA ANTROPOLÍTICA

1. A revista Antropolítica aceita originais de artigos e resenhas de interesse das Ciências Sociais e da Antropologia em particular. Aceitamos resenhas de livros publicados há, no máximo, 3 anos.
2. Os textos serão submetidos aos membros do Conselho Editorial e/ou a pareceristas externos, que poderão sugerir ao autor modificações de estrutura ou conteúdo.
3. Os textos não deverão exceder 25 páginas, no caso dos artigos, e 8 páginas, no caso das resenhas. Eles devem ser apresentados com configuração de página A4 (210 x 297 mm), espaço 1,5, fonte Times New Roman (corpo 12), sem qualquer tipo de formatação, a não ser:
 - Indicação de caracteres (negrito e itálico);
 - Margens de 3cm;
 - Recuo de 1cm no início do parágrafo;
 - Recuo de 2cm nas citações; e
 - Uso de itálico para termos estrangeiros e títulos de livros e periódicos.
4. As citações bibliográficas serão indicadas no corpo do texto, entre parênteses, com as seguintes informações: sobrenome do autor em caixa alta; vírgula; data da publicação; vírgula; abreviatura de página (p.) e o número desta. (Ex.: PEREIRA, 1996, p. 12-26)
5. As notas explicativas, restritas ao mínimo indispensável, deverão ser apresentadas no rodapé da página.
6. As referências bibliográficas deverão ser apresentadas no final do texto, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023). Disponível clicando aqui.

Livro:

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LÜDIKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

FRANÇA, Junia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnico científicas. 3. ed. ver. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.

Artigo:

ARRUDA, Mauro. Brasil: é essencial reverter o atraso. Panorama da Tecnologia, Rio de Janeiro, v. 3, n.8, p. 4-9, 1989.

Trabalhos apresentados em eventos:

AGUIAR, C. S. A. L. et. al. Curso de técnica da pesquisa bibliográfica: programa-padrão para a Universidade de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., 1977, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 1977. p. 367-385.

7. As ilustrações deverão ter a qualidade de 300 dpi. Elas deverão ser identificadas com título ou legenda e designadas, no texto, como figura (Figura 1, Figura 2 etc.) e dispostas no corpo do texto.

8. Os textos deverão ser acompanhados de título e resumo (máximo 250 palavras), bem como de 3 a 5 palavras-chaves em português e em inglês.

9. Os textos deverão ser precedidos de identificação do autor (nome, instituição de vínculo, cargo, título, últimas publicações etc.), que não ultrapasse 5 linhas.

ANEXO B – NORMAS REVISTA EXTENSÃO RURAL

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
3. O trabalho está digitado em página tamanho A4, com fonte Arial 12 pt, espaçamento 1,5, sem recuos antes ou depois dos parágrafos, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm, sendo que o artigo não deverá ultrapassar a vinte e cinco (25) páginas, e não deve ser inferior a quinze (15) páginas.
4. As figuras, os quadros e as tabelas estão apresentadas no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, e devem estar em preto e branco.
5. Os autores devem estar cientes de que são os responsáveis diretos por todo o conteúdo de seu artigo.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para autores, na seção Sobre a Revista.
7. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos). Os nomes de TODOS os autores, com sua respectiva identificação institucional, foi cadastrada nos metadados da submissão, usando a opção incluir autor. Em caso de citação de autores, "Autor" e ano são usados na bibliografia, ao invés de Nome do autor, título do documento, etc.

8. EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho está digitado em página tamanho A4, com fonte Arial 12 pt, espaçamento 1,5, sem recuos antes ou depois dos parágrafos, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm, sendo que o artigo não deverá ultrapassar a vinte e cinco (25) páginas, e não deve ser inferior a quinze (15) páginas.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a reapresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem

recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demasiado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;
- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos de dois espaços verticais e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro

dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas.

Os tópicos dos artigos não devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações de segunda ordem, sem negrito, conforme exemplo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A região de Ibitinga

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. Os hortigranjeiros e a agricultura familiar

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas

situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Acessado em 20/08/2012. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.

As figuras devem ser feitos em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3 4,5 6.789,10 123	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (checklist) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.